



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

CAIO CÉSAR CORRÊA DE LIMA

**INJUSTIÇAS AMBIENTAIS: VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS DO QUILOMBO
DO BARRANCO SÃO BENEDITO**

**MANAUS – AM
2025**

CAIO CÉSAR CORRÊA DE LIMA

**INJUSTIÇAS AMBIENTAIS: VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS DO QUILOMBO
DO BARRANCO SÃO BENEDITO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Processos Psicossociais

Orientadora: Dayse da Silva Albuquerque

Coorientadora: Iolete Ribeiro da Silva

**MANAUS – AM
2025**

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

L732i Lima, Caio César Corrêa de
 Injustiças ambientais: vivências e resistências do Quilombo do Barranco
 São Benedito / Caio César Corrêa de Lima. - 2025.
 64 f. : il., color. ; 31 cm.

 Orientador(a): Dayse da Silva Albuquerque.
 Coorientador(a): Iolete Ribeiro da Silva.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa
 de Pós-Graduação em Psicologia, Manaus, 2025.

 1. Resistência. 2. Justiça ambiental. 3. Quilombo urbano. 4. Urbanização.
 I. Albuquerque, Dayse da Silva. II. Silva, Iolete Ribeiro da. III.
 Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em
 Psicologia. IV. Título

LIMA, C. C. C. **Injustiças ambientais: vivências e resistências do Quilombo do Barranco São Benedito.** 65f. Dissertação. Universidade Federal do Amazonas. Orientadora: Dayse da Silva Albuquerque. Manaus – Amazonas.

Aprovado em 03/11/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Dayse da Silva Albuquerque (Orientadora)
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dra. Iolete Ribeiro da Silva (Coorientadora)
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profa. Dra. Claudia Regina Brandão Sampaio (Membro titular interno)
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Prof. Dr. Saulo Luders Fernandes (Membro titular externo)
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Prof. Dr. Adan Renê Pereira da Silva (Membro suplente interno)
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Profa. Dra. Climene Laura de Camargo (Membro suplente externo)
Universidade Federal da Bahia – UFBA

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, pela contínua benção durante a vida e o processo que tornou esse sonho possível.

À minha **família** pelo apoio incondicional em todas as decisões e necessidades durante o percurso.

À minha orientadora **Dra. Dayse da Silva Albuquerque**, pela persistência e por caminhar até o fim ao meu lado.

Ao **Quilombo do Barranco São Benedito**, por me acolherem e possibilitar a riqueza única deste trabalho.

Ao **Projeto Abdias Nascimento** e todos os envolvidos, em especial ao **Dr. Ornette Clennon**, **Dra. Iolete Ribeiro** e a **Dra. Cláudia Sampaio** por proporcionar a oportunidade de viajar para a Inglaterra e estudar em um país diferente, A realização de um sonho e um objetivo.

À **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, ao **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)** e à **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)** pelo apoio ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI-UFAM).

LIMA, C. C. C. **Injustiças ambientais: vivências e resistências do Quilombo do Barranco São Benedito**. 64f. Dissertação. Universidade Federal do Amazonas. Orientadora: Dayse da Silva Albuquerque. Manaus – Amazonas.

RESUMO

As vivências dos povos e comunidades tradicionais expressam anos de resistência em uma constante luta para o reconhecimento de sua identidade, cultura e território, muitas vezes, abaladas pelas injustiças ambientais. Nesse estudo, a injustiça resulta da urbanização que negligencia as peculiaridades de uma comunidade quilombola localizada no contexto urbano. O Quilombo do Barranco São Benedito, localizado no bairro Praça 14 de Janeiro, em Manaus/AM, representa um caso emblemático de enfrentamento às injustiças ambientais no espaço urbano, revelando os desafios e estratégias de resistência de uma comunidade que luta pela preservação de sua identidade, cultura e território. Para aprofundamento, buscou-se analisar as manifestações de injustiça ambiental vivenciadas pela comunidade do Quilombo do Barranco São Benedito e suas estratégias de enfrentamento. Seguiu-se uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, com procedimentos de revisão bibliográfica e práticas de campo. As vivências foram expostas por meio de entrevistas abertas com três líderes do quilombo e dois membros da comunidade e as informações resultantes foram analisadas a partir dos pressupostos da análise de Bardin e validadas pelos entrevistados. As falas evidenciam que os quilombolas têm um senso de cuidado para com a comunidade, que se estende para todo o bairro Praça 14 de Janeiro, pois as suas trajetórias estão intimamente ligadas aos movimentos sociais, além de que suas identidades são atravessadas pela luta por políticas públicas, por igualdade de direitos e por continuidade de suas tradições culturais que permitem que o quilombo viva. O sentimento de pertencimento comunitário e a história intergeracional também são fruto de uma urbanização que, por mais que tenha resultado em alguns benefícios para o território, ignorou as singularidades do Quilombo e de seus moradores, fazendo com que ocorresse a perda de locais importantes para a realização de manifestações culturais, além de ter incentivado a especulação imobiliária cujo impacto fez com que muitos residentes vendessem suas casas e migrassem para outras áreas da cidade. O fato de estar no contexto urbano, por muitas vezes faz com que suas necessidades específicas de saúde, educação e lazer, sejam invisibilizadas. Além disso, há pouca oferta de recursos básicos direcionados às suas especificidades, que culminam ainda em preconceitos institucionalizados, somando-se às injúrias raciais direcionadas às pessoas do território. Nesse processo de enfrentamento, os quilombolas mantêm vivos seus festejos, seus movimentos sociais, seu trabalho em prol do artesanato, gastronomia, música e educação, além de se fazerem presentes em eventos direcionados a discussões sobre povos tradicionais, negritude, e incentivo à pesquisa científica. Portanto, a expressão do Quilombo se traduz em constante trabalho para garantir os direitos de seus membros, prezando pela continuidade de sua cultura e história.

Palavras-chave: resistência; justiça ambiental; quilombo urbano; urbanização

LIMA, C. C. C. **Environmental Injustice: experience and resistance of Quilombo do Barranco São Benedito**. 64p. Dissertation. Federal University of Amazonas. Advisor: Dayse da Silva Albuquerque. Manaus – Amazonas.

ABSTRACT

The experiences of traditional peoples and communities embody years of resistance in a continuous struggle for the recognition of their identity, culture, and territory, often shaken by environmental injustices. In this study, such injustice arises from urbanization processes that overlook the particularities of a *quilombola* community located within an urban context. The Quilombo do Barranco São Benedito, located in the Praça 14 de Janeiro neighbourhood of Manaus, Amazonas, stands as an emblematic case of resistance to environmental injustices in the urban space, revealing the challenges and strategies of a community dedicated to preserving its identity, culture, and territory. For further study, we sought to analyze the manifestations of environmental injustice experienced by the Quilombo do Barranco São Benedito community and their coping strategies. A qualitative, descriptive, and exploratory approach was adopted, combining bibliographic review with fieldwork practices. The lived experiences were collected through open interviews with three community leaders and two members, and the resulting information was analyzed following Bardin's content analysis framework and validated by the interviewees. The statements revealed that the quilombola people have a sense of care among the members towards their community, extending to the entire Praça 14 de Janeiro neighbourhood, as their personal trajectories are deeply connected to the *quilombola* social movements. Their identities are intertwined with the struggle for public policies, equal rights, and the continuity of their cultural traditions that sustain the *quilombo's* vitality. The feeling of community belonging and the intergenerational history also stem from an urbanization process that, while bringing certain benefits to the territory, disregarded the specificities of the *quilombo* and its inhabitants leading to the loss of important places for cultural expression, and also encouraged real estate speculation, the impact of which caused many residents to sell their homes and migrate to other areas of the city. Being located within an urban environment often renders their specific needs regarding health, education, and leisure invisible, with limited access to basic resources tailored to their particularities. Furthermore, there is a limited supply of basic resources tailored to their specific needs, which culminates in institutionalized prejudices, in addition to racial slurs directed at people in the territory. In the process of resistance, the *quilombolas* maintain their festivals, social movements, and activities related to crafts, gastronomy, music, and education. They also actively participate in events focused on discussions concerning traditional peoples, Black identity, and the promotion of scientific research. Therefore, the expression of the Quilombo is embodied in its constant effort to secure the rights of its members while safeguarding the continuity of its culture and history.

Keywords: resistance; environmental justice; urban quilombo; urbanization

LIMA, C. C. C. **Injusticia ambiental: experiencias y resistencias del Quilombo do Barranco São Benedito**. 64f. Disertación. Universidad Federal de Amazonas. Asesor: Dayse da Silva Albuquerque. Manaus – Amazonas.

RESUMEN

Las vivencias de los pueblos y comunidades tradicionales expresan años de resistencia en una lucha constante por el reconocimiento de su identidad, cultura y territorio, frecuentemente afectadas por las injusticias ambientales. En este estudio, dicha injusticia resulta del proceso de urbanización que ignora las particularidades de una comunidad quilombola situada en un contexto urbano. El Quilombo do Barranco São Benedito, ubicado en el barrio Praça 14 de Janeiro, en Manaus (AM), representa un caso emblemático de enfrentamiento a las injusticias ambientales en el espacio urbano, revelando los desafíos y estrategias de resistencia de una comunidad que lucha por la preservación de su identidad, cultura y territorio. Para un estudio más profundo, se analizaron las manifestaciones de injusticia ambiental experimentadas por la comunidad del Quilombo do Barranco São Benedito y sus estrategias de afrontamiento. El estudio siguió un enfoque cualitativo, descriptivo y exploratorio, con procedimientos de revisión bibliográfica y trabajo de campo. Las vivencias fueron recogidas mediante entrevistas abiertas con tres líderes del quilombo y dos miembros de la comunidad, y la información obtenida fue analizada a partir de los supuestos de análisis de contenido de Bardin y validada por los entrevistados. Las declaraciones muestran que los quilombolas tienen un profundo sentido de cuidado de los miembros hacia su comunidad, que se extiende a todo el barrio Praça 14 de Janeiro, ya que sus trayectorias personales están estrechamente vinculadas a la continuidad de sus tradiciones culturales. Sus identidades están atravesadas por la lucha por políticas públicas, por la igualdad de derechos y por la continuidad de las tradiciones culturales que permiten la vitalidad del quilombo. El sentimiento de pertenencia comunitaria y la historia intergeneracional también son fruto de un proceso de urbanización que, aunque ha traído ciertos beneficios al territorio, ignoró las singularidades del quilombo y de sus habitantes. Esto provocó la pérdida de espacios significativos para la realización de movimientos sociales y culturales, además de incentivar la especulación inmobiliaria, cuyo impacto llevó a muchos residentes a vender sus viviendas y trasladarse a otras zonas de la ciudad. El hecho de encontrarse en un contexto urbano hace que, con frecuencia, sus necesidades específicas en materia de salud, educación y ocio sean invisibilizadas. Además, existe una escasa oferta de recursos básicos adaptados a sus particularidades. Estas condiciones culminan en prejuicios institucionalizados y en agravios raciales dirigidos a las personas del territorio. En este proceso de resistencia, los quilombolas mantienen vivos sus festejos, sus movimientos sociales y su trabajo en torno al arte artesanal, la gastronomía, la música y la educación quilombola, además de participar activamente en eventos centrados en los pueblos tradicionales, la negritud y el fomento de la investigación científica. Por tanto, la expresión del Quilombo se traduce en un trabajo constante por garantizar los derechos de sus miembros, así como por preservar la continuidad de su cultura e historia.

Palabras clave: resistencia; justicia ambiental; quilombo urbano; urbanización

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
APA	<i>American Psychological Association</i>
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
PCTs	Povos e Comunidades Tradicionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
AMONAM	Associação do Movimento Orgulho Negro do Estado do Amazonas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. <i>Localização dos quilombos mais conhecidos do Amazonas</i>	17
Figura 2. <i>Mapa do Quilombo do Barranco São Benedito</i>	28
Figura 3. <i>Quilombo do Barranco São Benedito, centro de reunião</i>	31
Figura 4. <i>Quilombo do Barranco São Benedito, Pagode do Quilombo</i>	31
Figura 5. <i>Trajetos do Quilombo do Barranco São Benedito à UBS Vicente Pallotti</i>	42

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1. Povos e Comunidades Tradicionais e seus territórios	18
2.2. Rural x Urbano?	20
2.4. Justiça Ambiental	22
3. OBJETIVOS	25
3.1. Objetivo geral	25
3.2. Objetivos específicos	25
4. MÉTODO	26
4.1. Delineamento metodológico	26
4.2. Local de Estudo	26
4.2.1. Bairro Praça 14 de Janeiro e o Quilombo do Barranco São Benedito	26
4.3. Cuidados éticos	31
4.4. Procedimentos de coleta e análise de dados	31
5. RESULTADOS	33
5.1. Primeiras observações	33
5.2. Falando com propriedade: Identidade e cultura do Quilombo do Barranco São Benedito	35
5.3. Desconstrução de um Quilombo a partir do processo de urbanização	39
5.4. Luta, resistência e equidade de uma comunidade negra urbana periférica	42
5.5. Apagamento histórico da negritude do Quilombo do Barranco São Benedito	46
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51
ANEXO I	56
ANEXO II	59
ANEXO III	60
ANEXO IV	64

1. INTRODUÇÃO

Os povos e comunidades tradicionais (PCTs) no Brasil constituem um grupo diversificado que possui modos de vida profundamente enraizados em práticas culturais e em territórios específicos, como as comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, dentre outras. Estes grupos desempenham um papel vital na preservação da biodiversidade e na manutenção de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais (Calegare et al., 2014). Conforme o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, os PCTs são culturalmente distintos da população urbana e possuem formas próprias de organização social, ocupando territórios essenciais para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica (Brasil, 2007).

Entre essas comunidades, os quilombolas preservam um patrimônio cultural e uma biodiversidade únicos em seus territórios, incluindo conhecimentos ancestrais sobre flora e fauna locais e práticas agrícolas sustentáveis. De acordo com o IBGE (2020), existem 5.972 quilombos no Brasil, espalhados por 1.672 municípios, dos quais 873 se encontram na região Norte e 10 no estado do Amazonas.

As comunidades quilombolas, no entanto, enfrentam desafios significativos, especialmente em relação à regularização de suas terras. O orçamento para essa regularização, que em 2012 era de 51,7 milhões de reais, foi drasticamente reduzido para 2,8 milhões em 2018 e 3,4 milhões em 2019 (Brito, 2018; Paulo, 2019). A falta de certificação fundiária e a crescente gentrificação em quilombos urbanos resultam na diminuição dos territórios, agravando a vulnerabilidade socioambiental e levando a perdas culturais e sociais irreparáveis (Marco et al., 2020).

Neste contexto, o fenômeno do racismo ambiental – que se refere a injustiças ambientais que afetam desproporcionalmente grupos étnico-raciais – se manifesta na remoção forçada de PCTs de seus territórios e no impacto ambiental desproporcional sofrido por essas populações (Guimarães, 2021). No caso das comunidades quilombolas, o racismo ambiental representa uma ameaça persistente aos modos de vida e à saúde pública, exigindo análise e resposta.

Uma forma de compreender o processo socioespacial de vulnerabilização das PCTs é por meio da categoria de racismo ambiental. Este fenômeno se caracteriza como uma forma de injustiça ou desigualdade ambiental que afeta determinados grupos

étnico-raciais de maneira desproporcional. No caso dos PCTs, o racismo ambiental expressa-se tanto pela remoção forçada de seus territórios de origem quanto pelos impactos ambientais causados pela poluição, pela ausência ou negligência do saneamento básico, e pelas consequências desiguais de desastres (Guimarães, 2021).

Estudos indicam que minorias étnicas, como indígenas, ribeirinhos e quilombolas, enfrentam conflitos territoriais e desigualdades geradas por anos de trabalho escravo e injustiças étnicas. Ao longo dos anos, esses grupos têm perdido seus territórios, sendo obrigados a migrar para áreas onde lidam com exposição ao ar, água e solo poluídos, problemas de saneamento e coleta de resíduos, além de um maior impacto de eventos climáticos. Estas vulnerabilidades estão relacionadas em alguma medida à industrialização, militarização, intolerância religiosa e práticas de consumo (Brulle & Pellow, 2006; Bullard, 1993, 2000, 2018).

Diante do exposto, evidencia-se a complexidade das determinações que envolvem a existência dos Povos e Comunidades Tradicionais Quilombolas no Brasil. As dificuldades de regularização fundiária, somadas aos processos territoriais que vulnerabilizam tais comunidades, revelam os intensos desafios socioambientais enfrentados por estes grupos. Tais fenômenos podem ser compreendidos como expressões da Injustiça Ambiental, processo que afeta diretamente as comunidades quilombolas, comprometendo sua autodeterminação e ameaçando a preservação de conhecimentos e práticas ancestrais historicamente conquistados.

Ademais, este projeto busca contribuir teoricamente para o aprofundamento de questões relacionadas à realidade de comunidades quilombolas do Norte do Brasil e suas percepções acerca do racismo ambiental na região. Este tema tem ganhado destaque desde o movimento da população negra contra racismo ambiental da década de 1960 descrito por Robert D. Bullard na obra *“Dumping in Dixie”* de 1990. Embora a abolição da escravidão no Brasil tenha ocorrido em 1888, ainda é preciso compreender como as injustiças ambientais afetam as comunidades quilombolas que vivem em resistência e protegem a sua cultura e identidade.

Dessa maneira, a pesquisa volta-se para o aprofundamento da compreensão sobre o impacto socioambiental nas comunidades quilombolas de modo a contribuir a longo prazo na formulação de políticas públicas antirracistas, incentivando a pesquisa sobre a temática e desenvolvendo estratégias de enfrentamento que auxiliem a luta pelo direito à cultura e identidade e promovam justiça ambiental. O interesse pela temática se justifica por minha motivação pessoal como pesquisador deste estudo que é reforçado

por uma conexão direta com os valores étnicos e familiares do Quilombo do Barranco¹ São Benedito, que representam um laço cultural e ancestral significativo, transmitido por gerações.

Esta pesquisa faz parte do projeto PRO-AFRO: programa de promoção de políticas afirmativas para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais, coordenado pela Profa. Dra. Climene Laura de Camargo. O projeto está atrelado ao Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação Políticas Afirmativas e Diversidade (PDPG-AFIRMATIVAS) (2023) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES-MEC) e tem como objetivo promover políticas afirmativas para o enfrentamento das desigualdades étnico raciais em Programas de Pós-graduação elaborada em três vertentes: ensino, pesquisa e extensão. Volta-se para a minimização das iniquidades socioeconômicas, com vistas ao desenvolvimento de comunidades tradicionais. Contribui ainda para a realização desta pesquisa a bolsa CAPES para ações afirmativas disponibilizada ao pesquisador. Portanto, este é um primeiro ponto a ser considerado no que diz respeito à circunscrição da temática e do objeto de pesquisa.

Complementarmente, a pesquisa está vinculada ao edital Abdias Nascimento, através do projeto Dabacuri e Aquilombamento: construindo políticas afirmativas na pós-graduação amazonense, que visa a expansão da presença de pessoas pretas, pardas, indígenas, com alguma deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e/ou altas habilidades ou que pesquisam sobre políticas afirmativas na pós-graduação, projeto esse que proporcionou o privilégio da realização de período de mestrado-sanduiche na Europa durante quatro meses, onde junto com a *MEaP Academy Community Training & Research Institute* e o Dr. Prof. Ornette Clennon foi possível experienciar a cultura britânica, a forma de como a ciência (social e saúde) se desenvolvem, por meio de uma experiência de troca cultural e internacionalização.

¹ Refere-se a uma formação geográfica que se caracteriza por uma encosta íngreme ou um desnível acentuado, geralmente associado a terrenos que apresentam erosão ou deslizamentos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial foi elaborado a partir da definição do objeto de estudo, partindo de uma compreensão ampliada sobre PCTs no cenário brasileiro e, mais especificamente, a relação desses grupos com seus territórios, tendo como foco comunidades quilombolas no contexto amazônico. Outro ponto importante a ser discutido é a diferença entre rural e urbano, tendo em vista os processos de gentrificação que se destacam no cenário urbano. A partir disso, enfatizam-se aspectos associados às injustiças ambientais, muitas vezes vivenciadas por comunidades em vulnerabilidade, o que direciona a problemática a ser observada e discutida a partir das vivências da comunidade quilombola convidada para este estudo.

2.1. Povos e Comunidades Tradicionais e seus territórios

Até meados da década de 80, os PCTs, grupos culturalmente diferentes da maior parte da população situada no meio urbano, com formas próprias de organização social, não tinham seus direitos devidamente assegurados. Em 2007, a partir do Decreto 6.040, passaram a ser reconhecidos pelo governo brasileiro (Calegare et al., 2014). Esse reconhecimento passou a garantir a ocupação e o uso de áreas protegidas e seus recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, garantindo o compartilhamento intergeracional das tradições, conhecimentos e práticas desenvolvidas ao longo do tempo.

Graças a essa legitimação, foi possível o estabelecimento da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009 regulamentada sob o Decreto nº 11.688, de 5 de setembro de 2023 que dispõe sobre a:

regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio de alienação e concessão de direito real de uso de imóveis, e sobre a destinação de terras públicas da União em consonância com os art. 188, art. 225 e art. 231 da Constituição, o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006 (Brasil, 2023).

Estas regulamentações possibilitaram o reconhecimento dos territórios dos PCTs como pontos de cultura. A partir do Decreto n. 4.887 foi possível regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação

das terras de comunidades quilombolas, sendo esses grupos étnico-raciais, com trajetória histórica própria, providos de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil, 2003).

A caracterização da identidade é confirmada pela autodeclaração da própria comunidade, que deve demonstrar uma presunção de ancestralidade negra, mesmo que alguns membros tenham outras origens ancestrais ao longo da história. A comunidade precisa também ter um histórico de resistência coletiva à opressão, desde a época da escravidão até os dias atuais, considerando que essa opressão ainda persiste, tanto por parte da sociedade quanto do Estado. Além disso, deve haver um vínculo histórico próprio, com características sociológicas comuns, como parentesco, estrutura social, atividades produtivas e reprodutivas, e relações territoriais específicas. Dessa forma, a definição legal do território engloba não apenas a ocupação atual e efetiva, mas também as características culturais, ideológicas, valores e práticas das comunidades envolvidas. Um território se estabelece a partir de uma área de terra específica, acrescida da configuração sociológica, geográfica e histórica que a comunidade construiu ao longo do tempo em sua relação com o espaço, transcendendo seu significado simbólico (INCRA, 2017).

O censo de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicou a existência de 7.666 comunidades quilombolas que habitam 8.441 localidades em 25 Unidades de Federação, um total de 1.696 municípios brasileiros, com uma somatória de 1,3 milhões de pessoas. Dos dados apresentados, apenas 12,6% da população quilombola reside em território oficialmente delimitado e 4,3% em território titulado. Logo, desse quantitativo mais amplo, apenas 63 mil residem em territórios oficialmente delimitados e titulados. Desse total, 57.442 (ou 91,38%) eram quilombolas e 5.417 (8,61%), não quilombolas. Na Amazônia Legal, este levantamento encontrou 426.449 pessoas quilombolas, o que representa 1,6% da população desta região, quase um terço (32,1%) dos quilombolas do país (IBGE, 2024).

No estado do Amazonas, as comunidades quilombolas estão localizadas nas áreas rurais e urbanas. Entre as comunidades mais conhecidas estão o Quilombo do Barranco de São Benedito em Manaus, o Quilombo do Tambor no município de Novo Airão, os Quilombo Boa Fé, Ituquara, Trindade e Tereza do Matupiri em Barreirinha, e o Quilombo Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa em Itacoatiara (Figura 1) (Oliveira & Matta, 2022). O Quilombo do Barranco São Benedito, por exemplo, foi

O trabalho foca nas vivências de uma comunidade em meio urbano, logo, se faz necessário compreender as diferenças existentes entre esses dois âmbitos: rural e urbano. A diferença entre os dois contextos não se limita somente à paisagem, mas envolve a forma como as comunidades desenvolvem suas práticas socioculturais e seus modos de vida, tendo em vista ainda as políticas públicas a serem pensadas a partir dessas especificidades.

2.2. Rural x Urbano?

A distinção entre o meio rural e o urbano não se restringe a uma mera dicotomia espacial entre o campo e os centros urbanos. Tradicionalmente, o rural está situado longe dos centros urbanos, incluindo locais para atividades de agricultura e áreas campestres, enquanto o urbano é o oposto, zonas com maior desenvolvimento e infraestrutura ligada às indústrias, comércios e serviços. Tal perspectiva consolidava a noção de avanço e modernização atrelados ao urbano, em contraste com a ideia de um rural considerado rustico. Contudo, uma nova leitura passa a argumentar que essa divisão inflexível não é totalmente precisa. Ao invés de polos apartados, o rural e o urbano devem ser encarados como uma continuidade, onde ambos se conectam e se afetam, criando práticas sociais, econômicas e culturais que transcendem um local específico (Calegare, 2015; IBGE, 2023).

Dessa forma, emergem noções de ruralidades e urbanidades como ferramentas de análise, sendo a ruralidade compreendida como um fenômeno dinâmico e geográfico, englobando identidades, estilos de vida e práticas sociais em evolução, manifestando-se não só na agropecuária, mas também no turismo, na cultura e nas reivindicações sociais. O mesmo vale para a urbanidade, por sua vez, referindo-se à interação social e aos costumes característicos do ambiente urbano, mas, que também podem se manifestar no campo. Desse modo, tanto as ruralidades quanto as urbanidades ultrapassam as fronteiras físicas entre campo e cidade, atuando como ambientes simbólicos e sociais que se encontram, se misturam e adquirem novos significados nas vivências cotidianas (Calegare, 2015; IBGE, 2023).

Tendo em vista o contexto urbano, o processo de aprimoramento das cidades é fundamental para a forma como a riqueza é produzida e compartilhada nos centros urbanos. Dependendo da forma como essa distribuição de recursos é conduzida, são

esses movimentos que geram a gentrificação. Essa tem sido uma mudança complexa nas cidades, onde áreas degradadas ou de baixo poder aquisitivo se transformam em áreas valorizadas, o que significa que os investimentos são escolhidos para beneficiar o capital em vez da população, afetando principalmente as áreas mais vulneráveis. Nesse contexto, a gentrificação deve ser vista como uma das consequências negativas resultantes da transformação das cidades em mercadorias, o que prejudica os mais pobres, negando-lhes direitos básicos, como o acesso à moradia, ao expulsá-los de áreas revitalizadas sem que possam aproveitar as melhorias físicas feitas, que muitas vezes se concentram em infraestrutura e conveniências locais para populações financeiramente privilegiadas (Lafuente et al., 2024).

As pessoas e grupos afetados por esse processo muitas vezes acabam por estar em uma situação de vulnerabilidade, e por conta disso, vivem em lugares suscetíveis, alvos de injustiças ambientais. Comumente, são quilombolas, negros, indígenas, ribeirinhos, ou seja, populações concentradas em áreas periféricas da cidade. Dessa forma, os fatores que caracterizam as injustiças socioambientais sofridas pela população minoritária e periférica das cidades se tornam fonte de preocupação para os debates sociais.

2.4. Justiça Ambiental

As discussões por justiça ambiental ganharam destaque no contexto dos movimentos populares por direitos civis nos Estados Unidos da América, sobretudo o movimento negro da década de 1960 descritos por Robert D. Bullard na obra *“Dumping in Dixie”* de 1990, um movimento social no contexto da luta por direitos civis do movimento negro norte-americano. As discussões iniciais giravam em torno da contaminação química na região das comunidades de prevalência negra, fato reconhecido como racismo ambiental, tendo em vista o sofrimento desproporcional das classes pobres e de minoria étnica. A luta tornou-se uma possibilidade de discutir equilíbrio socioambiental, baseado no princípio de que todas as pessoas têm o direito de viver e desfrutar de um ambiente limpo e saudável, protegidas da poluição ambiental, sem que determinadas populações sofram as degradações ecológicas ou os efeitos nocivos da urbanização de maneira desproporcionalmente impactante. Ao direcionarmos nossa preocupação para uma comunidade em meio urbano,

direcionamos nossas preocupações para a proteção de um ambiente tradicional, social e cultural, para as consequências decorrentes da urbanização e para as estratégias de enfrentamento relacionadas a esse cenário.

O conceito de justiça, na filosofia clássica, descrito como a vontade constante de “dar a cada um o que é seu de direito”, aplicado ao meio ambiente abrange o direito à saúde, à segurança e ao acesso igualitário aos recursos naturais. No contexto das populações tradicionais e quilombolas no Brasil, a justiça ambiental implica o reconhecimento de seus territórios, a preservação de suas culturas e a proteção de suas ecologias contra pressões econômicas e ambientais (Ribeiro, 2020).

Do contrário, a injustiça ambiental ocorre a partir de práticas como a expropriação de territórios, a negação do acesso a bens naturais, a poluição desproporcional e a falta de saneamento adequado, atingindo desigualmente grupos étnicos e comunidades marginalizadas. A urbanização forçada, a desapropriação de lugares religiosos e de encontros sociais são exemplos de como muitas vezes a comunidade tem sua segurança ameaçada e seu estilo de vida destruído por um plano de urbanização que não considera as necessidades das comunidades já estabelecidas na região. Também é possível identificar tais injustiças na imposição de riscos ambientais, não reconhecimento cultural das populações, alagamentos, enchentes, rompimentos de barragem, acesso escasso à água e esgoto tratado e coleta de lixo insuficiente (Jackmiu, 2022).

Como efeito desses fatores, a injustiça ambiental culmina na desigualdade social e econômica, limitando o acesso a oportunidades como empregos, educação e serviços públicos. Além disso, agrava a saúde dos moradores, especialmente em áreas poluídas ou com infraestrutura deficiente, e reduz a qualidade de vida ao dificultar o acesso a serviços básicos como água potável e saneamento. A biodiversidade também é afetada, pois comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas podem ser deslocadas de suas terras para a construção de empreendimentos. Por fim, os modos de vida locais são impactados, especialmente quando populações tradicionais enfrentam dificuldades de acesso à água por conta das monoculturas (Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antônio Ivo de Carvalho, 2023; Lessa, 2012).

Para tanto, ampliamos a visão de justiça para não somente compreender o ser humano, mas também suas relações com o entorno. Dessa forma, podemos discutir as questões ecológicas, desmistificando mitos como abundância de florestas, superando perspectivas particulares, desenvolvendo o discurso com maior sensibilidade ecológica,

contrários a uma mentalidade predatória onde apenas a matéria é vista e o simbolismo é ignorado (Ribeiro, 2020). Marca deixada no Brasil por um colonialismo duradouro, assim como o sexismo, a violência e a negligência com as pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, como é o exemplo da favelização, expressão do preconceito manifestado a partir do espaço geográfico. O racismo ambiental constitui uma violação dos direitos humanos e se refere à discriminação perpetrada por governos, políticas do setor privado, práticas, ações ou inações que, intencionalmente ou não, prejudicam o meio ambiente, a saúde, a biodiversidade, a economia local, a qualidade de vida e a segurança em comunidades e grupos baseados em raça, classe, cor, gênero, casta, etnicidade e/ou origem nacional (Figueira, 2021).

Essa forma de injustiça abrange conceitos sociais e ambientais que impactam desproporcionalmente etnias vulneráveis, não sendo manifesto apenas através de ações com intenções racistas, mas também por meio de ações que têm um conflito racial, independentemente da intenção original. Trata-se de um conjunto de ideias e práticas das sociedades e governos que toleram a degradação ambiental e humana sob a justificativa de desenvolvimento, enquanto implicitamente consideram certos segmentos da população – como negros, indígenas, migrantes, extrativistas, ribeirinhos e trabalhadores pobres – como inferiores e, portanto, responsáveis pelos sacrifícios exigidos em nome do benefício geral. Assim, o racismo ambiental se torna um campo de estudo crítico dentro da Ecologia Política², que analisa os conflitos socioambientais sob a ótica da desigualdade e defende as populações vulneráveis (Herculano, 2006; Pacheco, 2006).

No contexto brasileiro temos marcas que não podem ser ignoradas pois são determinantes para a forma que percebemos o contexto de justiça ambiental e racismo, já que não poderíamos comentar sobre esses fatores sem falar:

sobre regime de escravidão vigente durante séculos e a resistência negra a este regime, processo colonial e a longa submissão à dominação de determinados grupos étnico-raciais e as especificidades do processo abolicionista, a instauração de uma república que deixou à margem a população negra liberta e que foi marcada por processos autoritários, os longos anos de ditadura militar e o processo de redemocratização construído arduamente através das lutas dos movimentos sociais (Silva, 2012, p. 92).

² Refere-se a um campo de estudo interdisciplinar que analisa relação de agentes sociais com diferentes e desiguais níveis de poder e interesses diversos na demanda de recursos naturais em um contexto ecológico, buscando entender como essas relações afetam a sociedade e o meio ambiente, quem controla os recursos naturais, quem se beneficia deles e quem sofre os impactos ambientais.

No Brasil, os negros (pretos e pardos) representam uma parcela significativa da população, e localizam-se entre os grupos étnicos vulnerabilizados, afetados pelo racismo ambiental. Tal prática não deve ser compreendida apenas a partir de ações intencionalmente racistas, mas da mesma forma ações que, independentemente da intenção que tenha lhes dado origem, possuam algum impacto racial. Porém, o racismo ambiental no país afeta outros grupos vulnerabilizados, fato de que uma abordagem de cunho meramente classista seria insuficiente. Os PCTs possuem características e modos de vida vistos como exóticos, pouco evoluídos ou distantes do progresso e do desenvolvimento, sendo assim avaliados como um entrave que impede a “geração de novos empregos” e a “melhoria da arrecadação dos impostos e das contas públicas”. Nesta perspectiva:

“[...] naturaliza-se a concepção dos espaços que essas comunidades ocupam como espaços desertos e vazios e, portanto, disponíveis para a implementação de grandes projetos de desenvolvimento e empreendimentos econômicos. Como natural também – e em alguns casos como necessário – é encarado o desaparecimento destas comunidades descartáveis, “paradas no tempo” e cujo modo de vida não apresenta quaisquer vantagens em pleno século XXI (Silva, 2012, p. 96).

A análise de casos de injustiça ambiental e a reflexão sobre suas semelhanças e diferenças, tanto em contextos urbanos quanto rurais, revela uma forte influência de fatores étnico-raciais que devem ser considerados. Isso sublinha não apenas a relevância, mas também a necessidade do aprofundamento de estudos que abordem o conceito de racismo ambiental no Brasil, dado que a racialização e a exclusão de grupos vulneráveis são fenômenos recorrentes em nossa sociedade (Silva, 2012).

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

Analisar as manifestações de injustiça ambiental vivenciadas pela comunidade Quilombo do Barranco São Benedito e suas estratégias de enfrentamento.

3.2. Objetivos específicos

- Descrever, a partir das narrativas dos moradores do Quilombo São Benedito, as principais expressões de injustiça ambiental vividas pela comunidade;
- Identificar os principais determinantes das injustiças ambientais enfrentadas pelo Quilombo;
- Sistematizar as estratégias coletivas e individuais desenvolvidas pelos moradores para lidar com as situações de injustiça ambiental, bem como as transformações socioambientais ocorridas no território desde a sua fundação;

4. MÉTODO

4.1. Delineamento metodológico

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa empírica de natureza compreensiva e descritiva, com foco na produção de dados qualitativos. O objetivo é apreender as percepções dos fenômenos vivenciados pela comunidade, bem como a natureza da realidade social e ambiental em que o grupo está inserido. Assim, a pesquisa buscou dar ênfase às interpretações individuais e coletivas, de modo a compreender os significados e valores atribuídos ao meio social a que pertencem (Lima, 2018).

As principais referências utilizadas ao longo do estudo abordam o racismo ambiental pelas evidências apresentadas através de ações e danos ambientais que afetam negativamente comunidades quilombolas, o que também se evidencia nas falas dos participantes desta pesquisa. O protagonismo das falas recai sobre a comunidade abordada, portanto, a percepção de racismo ambiental utilizada é expressa por eles e discutida com o embasamento teórico das bases consultadas. É evidente a presença de injúrias raciais ligadas aos atos de injustiça sofridas e percebidas na comunidade, porém fazem parte de um conjunto de fatores que levam às lutas e resistências do quilombo, dessa forma, a compreensão do fenômeno não ocorre por meio de uma abordagem meramente classista (Costa, Batista e Dias, 2021; Rangel, 2016; Silva, 2012) mas se respalda nas vivências e resistências descritas por seus representantes.

4.2. Local de Estudo

4.2.1. Bairro Praça 14 de Janeiro e o Quilombo do Barranco São Benedito

A pesquisa foi realizada no Quilombo do Barranco São Benedito, o primeiro território quilombola urbano reconhecido da Amazônia Legal em 2014 e como Ponto de Cultura pela Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural a partir dos critérios estabelecidos na Lei Cultura Viva 13.018/2014. O local de reunião se situa dentro do quilombo, na cidade de Manaus - AM, Bairro Praça 14 de Janeiro (Figura 2).

A comunidade está localizada na zona Sul de Manaus, é um dos mais antigos da capital amazonense, com sua origem no final do século XIX. Está fortemente envolvido com a Revolução ocorrida em 14 de janeiro de 1892, quando um grupo, liderado por

Almino Álvares Affonso, Leonardo Malcher e Lima Bacuri, tentou destituir o então governador Gregório Thaumaturgo de Azevêdo. O movimento terminou em 27 de fevereiro do mesmo ano, com a renúncia de Thaumaturgo por conta de forte pressão popular. No seu lugar assume o maranhense, negro, engenheiro, de formação militar positivista, natural da cidade de São Luís, Eduardo Gonçalves Ribeiro (Nascimento 2022; Pamponet, Pontes e da Fonseca, 2023).

Durante o conflito, um soldado chamado João Fernandes Pimenta, que fazia parte do Esquadrão de Cavalaria vinculado ao Batalhão de Polícia de Segurança do Estado e estava de guarda na entrada do Palácio do Governo, foi baleado e acabou falecendo. Em sua homenagem, o bairro, inicialmente nomeado Praça da Conciliação, passou a se chamar Praça Fernandes Pimenta, e posteriormente, recebeu a denominação Praça 14 de Janeiro com referência à data revolucionária. Na década de 1940, a colônia dos portugueses residentes em Manaus solicitou à Câmara Municipal que o bairro fosse renomeado como Praça Portugal, porém, o novo nome não foi aceito pelos moradores que continuaram utilizando a nomenclatura Praça 14 (Pessoa, 2016; Nascimento, 2022).

Antes disso, em 1896, o governador Eduardo Ribeiro comprou um terreno e doou ao Sr. Felipe Beckman, território em que hoje está localizado o Quilombo do Barranco São Benedito. Nessa mesma época, enquanto o bairro ainda estava em formação, Manaus sofria de uma carência de recursos humanos para trabalhar nas obras políticas. Por esse motivo, o governador começou a recrutar profissionais de áreas distintas, e passou a incentivar a vinda dos seus conterrâneos, em sua maioria ex-escravos, os quais ao vir para a cidade trabalhar em obras como o Teatro Amazonas, o Reservatório Mocó, o Palácio da Justiça, a ponte Benjamin Constant, dentre outros, se alojaram no atual bairro Praça 14 de Janeiro, constituindo identidade ao local que perdura até a atualidade (Rosa, 2018; Jornal do Comércio, 2020; Nascimento, 2022; Pamponet, Pontes e da Fonseca, 2023; Rosa & Silva, 2023).

Felipe Beckman era amigo de Maria Severa Nascimento Fonseca e a convidou para vir a Manaus, pois tinha as terras em seu nome. Com a ajuda do seu “Sinhô”, Maria Severa teve condições de conseguir as passagens para Manaus, convidando alguns amigos e levando seus três (03) filhos, Mestre Raimundo Nascimento Fonseca (fundador do Boi Caprichoso), Mestre Antônio Nascimento Fonseca e Mestre Manoel Nascimento Fonseca (Rosa, 2018).

As famílias se estabeleceram na Rua Japurá e a fixação na zona urbana possibilitou uma organização social que oportunizou a formação de um grupo étnico em

Manaus. A comunidade estava situada em um local distante da cidade, formada por lotes de terras particulares. À época, no lugar, havia poucas estradas, e alguns igarapés nas proximidades. Em citação popular “era quase tudo mato” (Rosa, 2018).

Segundo Pamponet, Pontes e da Fonseca (2024), o território era marcado por uma vegetação abundante, não era uma área urbanizada, sendo a paisagem caracterizada por matas e igarapés. O ambiente exigia que passassem por cima de paus para atravessar os igarapés, não havia conexão da Praça 14 de Janeiro com o bairro Cachoeirinha, exigindo uma rota mais extensa para acessar o outro bairro.

Quando os primeiros Quilombolas chegaram e se estabeleceram onde hoje está o Quilombo do Barranco São Benedito, o local possuía uma extensão geográfica de dois quarteirões, fundada em uma área periférica na parte central do extenso platô, afastada do centro de Manaus, sem quaisquer infraestruturas. Como a comunidade foi reconhecida quilombo apenas em 2014, não foi possível combater com eficiência a invasão comercial movida pela especulação imobiliária gerada pelos aprimoramentos urbanos no bairro. Além disso, a sociedade imputou o estigma de “Colônia Maranhense”, “Reduto Maranhense” ou “Vila Maranhense” por conta da origem dos negros da localidade. Foram essas pessoas que trouxeram identidade ao bairro com sua cultura e, principalmente, sua devoção ao São Benedito, também conhecido como Ogum (Lira, 2018; Rosa, 2018).

Os primeiros aprimoramentos na paisagem urbana da Praça 14 de Janeiro surgiram entre as décadas de 1950 e 1960 com o asfaltamento de ruas, a instalação de rede de energia elétrica, postos de saúde, maternidade, delegacias, escolas e feiras durante os governos de Plínio Ramos Coelho e Gilberto Mestrinho (Jornal do Comércio, 2020). Contudo, esses “aprimoramentos” fizeram com que o Quilombo sofresse com pressões e a perda de locais de vivência coletiva e religiosa. A comunidade possuía um terreiro de umbanda onde ocorriam celebrações tradicionais em honra à Nossa Senhora da Conceição, derrubado logo no início do projeto de urbanização da região executado, entre 1963 e 1964, pelo então governador do Amazonas, Plínio Ramos Coelho, para dar lugar a lojas comerciais. Esse movimento trouxe consigo a especulação imobiliária, responsável por uma grande busca por locais para estabelecer comércio, gerando grande concentração de lojas de autopeças e revendedoras de carros (Nascimento, 2022; Rosa, 2018).

Segundo Ambrósio (2023), o bairro Praça 14 de Janeiro tem se tornado uma área comercial, principalmente de autopeças. O crescimento urbano e comercial

descontrolado obrigou muitos moradores a venderem suas casas para comerciantes e lojistas, ávidos a ter um espaço para suas práticas comerciais. Terrenos comunitários foram vendidos para a iniciativa privada sem consulta aos moradores, uma mudança drástica que anulou uma grande área de preservação dos costumes negros, trazidos do Maranhão.

O bairro também é conhecido como o berço do samba manauara, tendo sua primeira escola mista de samba (1946-1962). Em dezembro de 1975 é fundada a G.R.E.S. Vitória Régia na casa da “Tia Lindoca”. Seus principais fundadores foram descendentes da tradicional Escola Mixta de Samba, Sra. Raimunda “Tia Lindoca” Dolores, Srs. Nedson “Nenen” Medeiros, Roberto Cambota, e Darcy “Barriga” Sergio de Souza. A partir de 1992, a escola começou a desfilar no Sambódromo com suas reconhecidas cores verde e rosa, levando para a passarela do samba temas diversificados como A Lenda Mística da Vitória Régia, as Lendas e Mitos da Amazônia, a Reunião do Candomblé e o Jardim Encantado (Pessoa, 2016; Rosa, 2018).

Apesar das mudanças ocorridas na estrutura da comunidade decorrentes da urbanização e consequente redução de sua área de abrangência, com a saída de integrantes da comunidade, os moradores do Quilombo do Barranco São Benedito e seus líderes constantemente se esforçam para que seus valores, ritos e identidade não sejam engolidos pelo urbano ou pelo desinteresse das novas gerações.

Atualmente os descendentes de Maria Severa ainda moram no local, além de outras 14 famílias, totalizando 144 moradores. O local é caracterizado por seus festejos, práticas religiosas e afazeres cotidianos que foram firmados por meio de resistência a atos discriminatórios, à invisibilidade social, e à expansão urbana em virtude do crescimento da cidade (Pamponet, Pontes e da Fonseca, 2023).

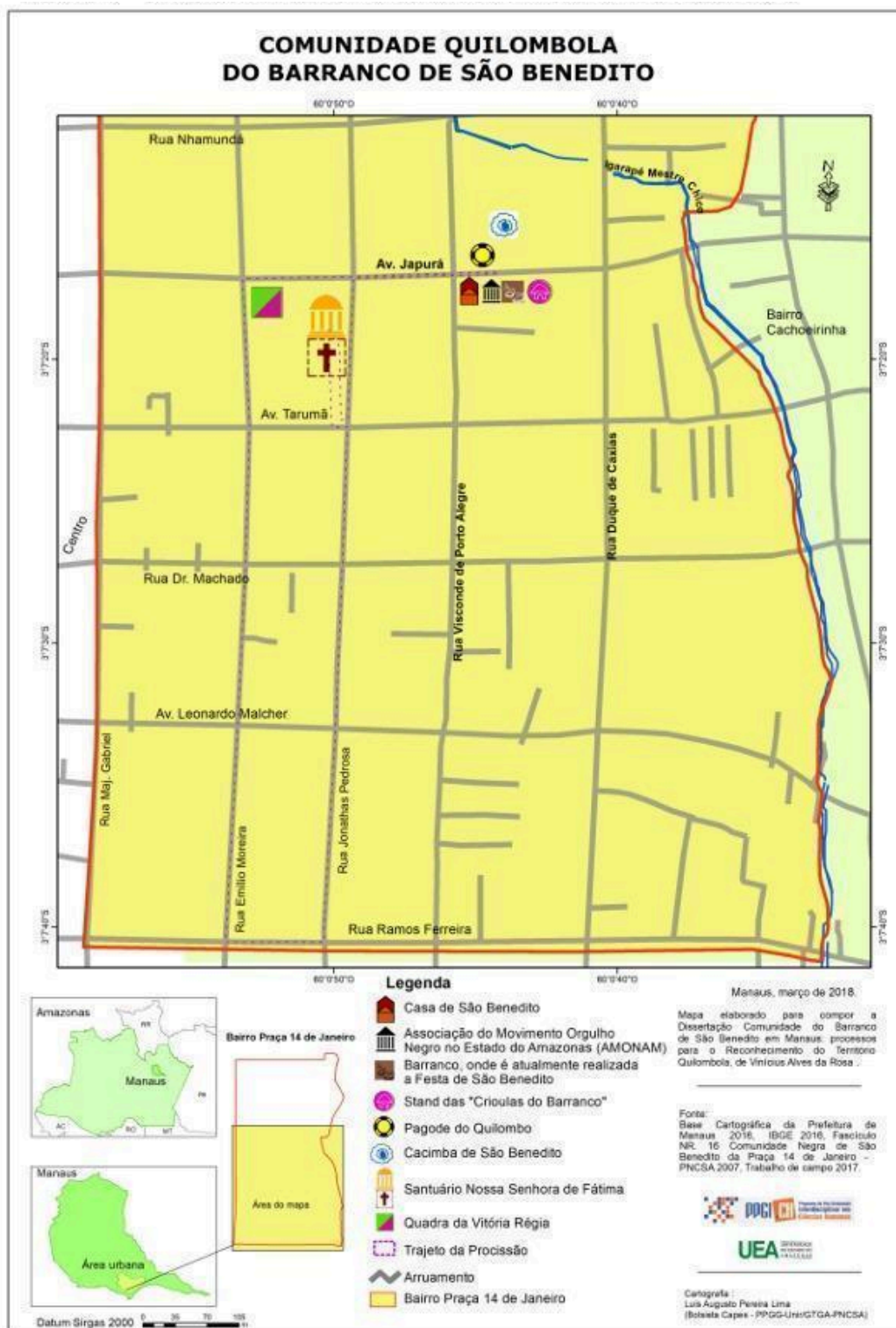


Figura 2: Mapa do Quilombo do Barranco São Benedito

Fonte: PNCSA (2007, como citado em Rosa, 2018).

4.3. Cuidados éticos

Todo o processo deste trabalho seguiu pautado nos princípios éticos da Resolução 510/2016 que trata de pesquisas com seres humanos nas ciências humanas e sociais. Também foi verificada e documentada a possibilidade de utilizar os nomes dos entrevistados na discussão com a devida autorização dos mesmos que alegaram a importância de serem nomeados, de maneira a dar visibilidade às suas lutas.

A pesquisa também segue a Resolução 466/2012, que prevê o respeito pela dignidade humana e proteção aos participantes das pesquisas científicas, além de considerar o desenvolvimento e o engajamento ético. Para seguir as resoluções descritas, o projeto foi submetido para análise via Plataforma Brasil sob o número CAAE 83007924.5.0000.5020, tendo sido aprovado sob parecer n. 7.224.259. O estudo teve seu início somente após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP-UFAM).

Durante as narrativas surgiram assuntos que sensibilizaram os participantes. Diante disso, os mesmos foram prontamente acolhidos pelo próprio pesquisador, que possui formação em psicologia e experiência em atendimentos emergenciais. Após o acolhimento, os participantes optaram por dar continuidade à entrevista uma vez que tiveram tempo para refletir e retomar a fala.

4.4. Procedimentos de coleta e análise de dados

A busca por contato com o Quilombo ocorreu em janeiro de 2025. Inicialmente haviam-se planejado outras formas de aproximação e realização da coleta de informações com os líderes da comunidade. No primeiro contato que tivemos com a líder Keylah Fonseca todas essas ideias tiveram que ser descartadas pois a comunidade possui seu próprio processo para dar entrevistas acadêmicas devido a alta demanda e pelo baixo engajamento dos membros da comunidade, sendo essa uma roda de conversa tendo os líderes como aqueles que estão à frente respondendo por eles. Dessa forma fomos orientados a enviar um resumo da dissertação e as perguntas planejadas para o e-mail da Associação Crioulas do Quilombo do Barranco São Benedito, organização que busca a preservação e valorização da cultura afro-brasileira em áreas urbanas.

Após alguns problemas com o envio conseguimos entregar o requerimento, mas com a chegada da viagem para a Europa via projeto Dabucuri e Aquilombamento no dia primeiro de abril não foi possível aguardar até que eles tivessem organizado um número

satisfatório de instituições e pesquisadores para dar prosseguimento à roda de conversa. Assim, no final do mês de março de 2025 realizamos uma visita local em dia designado para reunião no Quilombo. Fomos recebidos por Cassius, Kelly e Keilah que aceitaram participar de uma entrevista naquele momento, trazendo o integrante da comunidade Javi para participar. Dois dias depois, visitamos Jamily para realizar a mesma abordagem.

Para a coleta das informações, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três pessoas na liderança do Quilombo do Barranco São Benedito, além de mais duas pessoas integrantes da comunidade e com importância histórica para o desenvolvimento da mesma. Todos tinham idade acima de 18 anos, se auto identificaram como pessoas negras, membros da comunidade quilombola abordada. Antes de iniciar qualquer processo, todos foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Tendo em vista a importância de livre expressão dos membros da comunidade para esse estudo, optou-se pela utilização do método de entrevista aberta para garantir a sua flexibilidade, a margem de expressão natural dos entrevistados e o manejo através de poucas perguntas previamente produzidas (Mcgrath, Palmgren e Liljedahl, 2019). Tal procedimento ocorreu em seis etapas, sendo elas ordenadas da seguinte forma: elaboração do roteiro de entrevista; contato inicial com os participantes; realização das entrevistas; transcrição das entrevistas; análise dos dados e relato metodológico (Guazi, 2021). Dessa forma, as perguntas utilizadas para guiar a entrevista dentro dos objetivos da pesquisa foram: a) Quais as mudanças estruturais que puderam ser observadas no Quilombo ao longo do tempo?; b) Foram observados atos de injustiça ambiental no território do Quilombo?; c) Poderia nos contar se você já vivenciou ou presenciou atitudes ou falas racistas direcionadas à você ou ao Quilombo?; d) Quais formas de resistência o Quilombo desenvolveu para lidar com as injustiças ambientais e o racismo?; e) Quando foi que você se percebeu Quilombola?.

A aplicação ocorreu em dois momentos, lugares e dias distintos devido a necessidade de adaptação ao horário dos entrevistados. Inicialmente, no dia 22 de março de 2025 com os líderes Cassius Fonseca e Keilah Fonseca e os membros da comunidade Kelly Fonseca e Javi Vega na área de reuniões e eventos sociais localizado em frente à casa de Keilah Fonseca (Figura 3). No dia 26 de março de 2025, foi entrevistada a líder Jamily no Pagode do Quilombo (Figura 4), local comumente utilizado para os festejos e para o Pagode aos sábados às 18 horas (uma das fontes de renda do Quilombo).



Figura 3: *Quilombo do Barranco São Benedito, centro de reunião.*

Fonte: Arquivo pessoal



Figura 4: *Quilombo do Barranco São Benedito, Pagode do Quilombo.*

Fonte: Arquivo pessoal

Os dados colhidos foram analisados após uma escuta qualificada das entrevistas e categorização das falas em tópicos pertinentes ao trabalho para desenvolvimento da discussão a partir de análise manual de entrevistas qualitativas. A análise seguiu as

seguintes etapas: transcrição das gravações, leitura e familiarização com o material para identificar temas e conceitos-chave, codificação desses temas e temas para organizar os dados, categorização e agrupamento dos códigos em categorias mais amplas, e finalmente, a interpretação para construir significados que possam ser discutidas com teóricos, dentro do alinhamento dos objetivos da pesquisa, que resultaram nas reflexões expostas (Alves e Silva, 1992; Bardin, 2016; Silva, Penha e Bizarrias, 2022).

5. RESULTADOS

5.1. Primeiras observações

No primeiro contato, conheci a Sra. Jamily de Souza da Silva, 52 anos, formada em Ciências Sociais com ênfase em Antropologia pela UFAM. É a atual coordenadora dos festejos ao São Benedito e uma das líderes do Quilombo; Sr. Cassius da Silva Fonseca, 58 anos, se apresenta como “[...] *ativista e militante da causa negra há 25 anos. Sou dos fundadores do movimento negro, o AMONAM (Associação do Movimento Orgulho Negro do Estado do Amazonas) e a gente tem essa questão de lutar. A nossa missão árdua é de lutar contra o racismo, preconceito e discriminação*”. Atualmente Cassius exerce a função de Vice-presidente da AMONAM.

Em momento posterior, conheci as Sras. Keilah Maria da Silva Fonseca, 56 anos, formada em gestão pública, atua como presidente da Associação das Crioulas do Barranco São Benedito e membro do Conselho de Promoção da Igualdade Racial e Respeito a Diversidade; Kelly da Silva Fonseca, 49 anos, formada em contabilidade, conhecida como Quituteira do Quilombo do Barranco São Benedito e, segundo Cassius, a pessoa que possibilitou o reconhecimento do Quilombo, além de ser a segunda secretária da Associação Crioulas do Barranco e membro ativo da AMONAM; Javi Vega, 43 anos, homem trans negro acolhido pela comunidade do Quilombo do Barranco São Benedito, que atua em festas como DJ.

Todos foram informados acerca dos objetivos da pesquisa em questão. Nesse momento, estabeleceram-se laços de confiança e cordialidade, com a devida receptividade. Eles compartilharam informações preliminares sobre a história da comunidade. Ademais, ressaltaram a importância das universidades em desenvolver pesquisas que proporcionem maior visibilidade ao quilombo. As pessoas com as quais conversei são moradores da comunidade do Barranco, oficialmente autodefinidos como quilombolas. Dessa forma, consegui adentrar no campo da pesquisa em cujo local

registram-se 44 (quarenta e quatro) unidades familiares remanescentes quilombolas, com relações sociais consolidadas entre si.

A partir de uma reunião com as líderes Keilah Fonseca e Kelly Fonseca, em devolutiva ao conteúdo abordado através da análise das entrevistas, foram desenvolvidas (04) categorias pertinentes ao objetivo do trabalho, de modo a enfatizar a autonomia da comunidade no desenvolvimento do trabalho e demonstrar a progressão do fenômeno geral protagonizando as falas dos entrevistados. Desse modo, serão descritas as seguintes categorias: 5.2) Falando com propriedade: Identidade e cultura do Quilombo do Barranco São Benedito; 5.3) Desconstrução de um Quilombo a partir do processo de urbanização; 5.4) Luta, resistência e equidade de uma comunidade negra urbana periférica; 5.5) Apagamento histórico da negritude do Quilombo do Barranco São Benedito. Ressalta-se que os títulos foram elaborados em comum acordo com os membros da comunidade, bem como a exposição dos nomes foi solicitada pelos participantes.

5.2. Falando com propriedade: Identidade e cultura do Quilombo do Barranco São Benedito

Segundo Furtado, Pedrosa e Alves (2014), a cultura deve ser compreendida como campo simbólico que possibilita aos sujeitos uma complexa rede de relações capaz de significações por meio de símbolos, signos, práticas e valores. Dessa forma, a comunidade passa a ser percebida a partir de suas singularidades, individualidades e estruturas específicas.

O Quilombo do Barranco São Benedito é uma comunidade de resistência em prol da sua cultura, religião, gastronomia e identidade. É perceptível a resiliência nos membros da comunidade nos atos de manutenção, vinculação e luta pelo seu território (Silva & Felipe, 2024), vínculo esse que se expande além das delimitações territoriais como uma relação simbiótica com o Bairro Praça 14 de Janeiro. Em vários momentos na fala dos entrevistados o bairro aparece como parte importante do que consideram o local tradicional, histórico e cultural, algo que se reflete na fala de Kelly *“É uma grande satisfação, entendeu, sou quilombola, é a minha camisa mesmo, visto, vou atrás, não falo mal dela, da minha Praça 14, do meu barranco.”*

Então, como os próprios membros da comunidade percebem isso? Cassius afirma que esse questionamento foi algo que a própria comunidade chegou a enfrentar *“O que é ser Quilombola? A gente não tinha esse conhecimento que a gente tem hoje,*

né. Entendeu? Então a parte dessa certificação é que a gente passou a entender melhor. O que é ser Quilombola nesse país? O que é você representar uma comunidade, os teus antepassados lá, representar a tua luta?” e na mesma fala ele traz um ponto de vista construído a partir desses questionamentos “É poder lutar [...] direitos iguais, por liberdade, por igualdade, por uma melhor educação, né, você se reconhecer como Quilombola é você se reconhecer como negro, é você se reconhecer como dessas etnias escravas.”

Identidade, a expressão da subjetividade de um indivíduo ou grupo, é reflexo do processo de construção de sentido intrinsecamente ligado à prática cultural, religiosa. No contexto da organização social em cada espaço envolvendo todas as dimensões do sujeito e sua expressão é resistência contra a invisibilidade, barreiras étnicas e opressões (Jörg, 2021). Cassius afirma: *“A gente é o quilombo de resistência aqui na Praça 14. A gente resiste pra manter nossa identidade, pra manter nossa história, pra manter nossa cultura, pra manter nossa gastronomia, pra manter nosso bumba meu boi, pra manter nosso carnaval, pra reconhecer a gente da música.”*

Com o passar do tempo, as perdas de espaços importantes para os movimentos sociais e religiosos da comunidade, ocasionaram invisibilidade e preconceito enfrentados pelas novas gerações do Quilombo como descreve Cassius *“O pior erro do negro é esse não querer se reconhecer como negro [...] não querer reconhecer a sua religião, né, não querer reconhecer a sua raiz matriarcal, a raiz matriarcal nossa aqui é muito forte. É de arrepiar [...] a gente tá lutando pelo povo que passou mais de 400 anos escravizados, 500 anos, a gente vive uma escravidão hoje feita por leis, nós todos escravizados ainda. Não houve reconhecimento desse país pra população negra, não houve o reconhecimento ainda.”* o que reforça a fala de Keilah e sua preocupação *“Hoje nós estamos na sétima geração [...] mas sabemos que a maioria não vai dar seguimento.”*

A identidade é entendida como uma fonte de significado construída historicamente através de um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, geografia, papéis e experiências individuais e coletivas de um povo (Castells, 1999; Hall, 2001; Cruz, 2007; Mesquita, 2021). Deixar de existir, deixar de ter práticas referentes àquela cultura, deixar de referenciar a língua, a história, a descendência daquele local, para que eles simplesmente não existam mais. E essa é uma das grandes problemáticas de se estar no meio urbano, sem características fortes e marcantes. O

território do Quilombo foi tomado pela especulação imobiliária, onde hoje há vários locais em que se trabalha com autopeças. E como os próprios moradores do Quilombo falam, o bairro passou a ser conhecido como o “Bairro da Autopeças”, e não como o bairro do Quilombo. Há registros de que o local da Praça 14, também. O local referente ao Quilombo, por exemplo, possuía uma presença verde muito maior do que hoje, que praticamente é inexistente.

O Quilombo do Barranco São Benedito é urbano, segundo quilombo urbano do Brasil, isso quer dizer que a forma de organização da comunidade e suas problemáticas vão refletir a do local em que está inserido, o que se evidencia na fala de Keilah: *“Isso aqui é realidade, é um quilombo. Gente isso que você vai ver. Você vai ver o caminhão do ovo, você vai ver o cara vendendo metal, você vai ver cachorro latino, menina gritando, chamando palavrão do outro lado da rua, atravessa e xingamento e tudo, você tá no bar. É periférico, eu falo que a nossa comunidade urbana é dentro de um espaço físico periférico”*, portanto as mudanças direcionadas ao contexto urbano, sejam políticas públicas ou na infraestrutura, tiveram e tem grande influência no quilombo.

Além da perda de território pertencente ao Quilombo e das áreas de organização social, a urbanização fez com que o território do Quilombo fosse alvo da especulação imobiliária, gerando diferentes tipos de comércio na região. Ao mesmo tempo que possibilitou maior fluxo de pessoas para a região e, por consequência, maior possibilidade de a população ao redor conhecer o Quilombo, também trouxe a invisibilidade, sufocando as manifestações de expressão da identidade do Quilombo. Assim, os locais característicos do Quilombo são o pagode e a imagem de São Benedito.

Em alguns lugares do Brasil e do mundo temos bairros que pela grande concentração de imigrantes naquele local, apresentam símbolos dessas culturas específicas naquela região. Áreas turísticas que representam muito bem esse exemplo são a Colônia Japonesa em Manaus/AM, o bairro da Liberdade em São Paulo/SP, *Chinatown* em Londres onde em sua entrada e saída, existe um portal indicando os limites que delimitam o espaço coletivo da comunidade cujas famílias descendem de nativos chineses, e localizam grande parte de suas lojas e restaurantes com produtos de sua região de origem nesse local.

A comunidade expressa a necessidade da mesma forma de identificação para seu território e que já houve movimento para que isso viesse a ser realidade, como expressa a fala de Keilah: *“Nós sonhamos muito com o portal dentro da comunidade, um portal*

que possa identificar onde é o quilombo. Já foi feito pedido, já foi pedido emenda parlamentar, e sabe por que o projeto não é aprovado? Porque não basta uma canetada de um deputado a não ser que ele tira emenda parlamentar que ele ganha para atender os seus que apoiaram ele na eleição”. Então, se um local não carrega a sua própria identidade, estando no meio de sociedade urbanizada repleta de outros bairros, envolta por sua constante, rápida e permanente mudança (Halls, 2001), isso gera barreiras para que os seus eventos e movimentos culturais aconteçam, validando a preocupação dos moradores daquela comunidade de em breve sua cultura vir a não ser mais praticada pelas novas gerações.

No bairro Praça 14 de Janeiro, as festas religiosas e as manifestações culturais fazem parte do dia a dia da comunidade, tal é a força desses movimentos, instigando transformações intimamente ligadas aos aspectos culturais da comunidade, em que o espaço passa a ser percebido pelos valores simbólicos ali representados. Muito se dá pelas práticas associativas e orgânicas centenárias presentes até os dias atuais. A Festa do Quilombo São Benedito, por exemplo, é um evento religioso que vem sendo praticado há mais de cem anos na comunidade (Nascimento, 2022) como relata Cassius:

“[...] nossa matriarca maior, Maria Severa chega em Manaus em 1890, já alforriada, vindo do Maranhão, Alcântara, com três filhos, o Manoel, Raimundo e o Antão, [...] ela veio já através da vinda do Felipe Nery Beckham, que morava aqui em Manaus. Traz consigo a luta da gastronomia, a história do Bumba meu Boi que foi fundado pelo nosso Bisavô, filho dela, Mestre Raimundo aqui em Manaus, o Boi Caprichoso. E ela traz consigo uma questão da religiosidade, [...] a imagem de São Benedito que está aqui conosco na outra casa aqui, onde nós festejamos até hoje 135 anos os festejos em honra e homenagem São Benedito, ele foi um santo cultuado pelos escravos. Você deve saber da história de São Benedito ele é um santo negro cultuado pelos escravos na religião de matriz africana São Benedito ele é Ogum, guerreiro, como nós.”

Os conhecimentos e práticas tradicionais são traduzidos nas músicas, expressões artísticas e gastronômicas, chamando atenção para a cultura quilombola como campo simbólico propício às identificações e posicionamentos de seus sujeitos, compreendendo a cultura por meio de símbolos, signos, práticas e valores (Rosa et al., 2018). Considerando que a escravidão no Brasil deixou profundas cicatrizes na história do país, os quilombos tornam-se reflexo da resistência social e política, comunidades autônomas com forte presença da tradição africana e, no caso do Quilombo do Barranco São Benedito, maranhense. Resistência negra, de preservação e compartilhamento de conhecimentos, de ressignificação de memórias e práticas. Mesmo após a urbanização

do bairro e as duras perdas por conta da especulação imobiliária, eles se mantêm no mesmo local onde seus antepassados se assentaram, reforçando a força de sua identidade na gastronomia, religiosidade e vínculo geracional, força de uma identidade coletiva centenária que envolve ainda a vizinhança (Nascimento, 2022).

Tais características são reflexo de uma luta constante pelo reconhecimento da cultura negra em Manaus e um laço afetivo com o território construído a partir dos valores que contribuem para a formação identitária do local. Tais valores transbordam e acolhem a população, mesmo os que não se identificam como quilombolas. O exemplo mais forte desses símbolos, além da musicalidade e gastronomia constantemente enfatizados na comunidade, são os festivais, em especial a Festa de São Benedito, realizada no mês de abril. Tal festividade é seguida pela coleta de um tronco retirado da floresta que servirá como mastro e será enfeitado por nove dias, a ladainha é cantada por nove noites durante o período comemorativo e no último dia ocorre a procissão à Igreja Católica Nossa Senhora de Fátima. A parte mais importante do rito é a descida do mastro acompanhado de fogos, apitos dos capitães de ternos, toques de tambores e caixas e expressões de exaltação ao São Benedito, à Nossa Senhora de Fátima do Rosário e ao Rei do Congado (Nascimento, 2022).

A perda dos espaços sociais, culturais e religiosos afetaram o Quilombo do Barranco São Benedito de maneira a temerem que em breve não haverá mais onde ou quem realizar as práticas tradicionais do local. Tais preocupações partiram de um histórico de perdas de espaços por conta do processo de gentrificação e especulação imobiliária.

5.3. Desconstrução de um Quilombo a partir do processo de urbanização

Jamily comenta que o Quilombo *“Era tudo uma coisa só [...] e aí ele no plano urbanístico [...] dividiu a comunidade e virou o barranco”*. A região da comunidade era uma região de vegetação abundante enquanto o território e paisagem era predominantemente caracterizada por matas e igarapés, sem rota direta para o bairro Cachoeirinha. Quando o processo de aprimoramento urbano começou, o território passou a ter rotas mais rápidas e seguras para trafegar, uma infraestrutura e saneamento básico mais trabalhados (Pamponet, Pontes e da Fonseca, 2023), porém as mudanças não levaram em consideração a comunidade que previamente estava no local. Jamily narra como foi a mudança para a comunidade:

“Primeiro, a tragédia ambiental, porque a comunidade era toda inteira, aqui era uma coisa só, a pista, vamos supor, na época, era no nível, porque barranco, tornou-se barranco depois da década de 60, quando um governador, acho que é Plínio Ramos Coelho, ele, para urbanizar o bairro, ele resolveu passar, simplesmente um trator no meio da comunidade, e assim destruiu o barracão onde [...] eram feitas as festas, as festas do Benedito, as festas de boi bumbá, qualquer festa que tivesse ao longo do ano, eram feitas bem no centro da comunidade, bem no centro da comunidade, esse aí foi, acho que o mais cruel, porque para interligar, aí também é o projeto urbanístico, os engenheiros, os pensantes do governo, porque lá embaixo, depois da Duque, era o Igarapé, o mestre Chico, e era muito alto, os mais antigos narram que eles tinham que atravessar, era uma mata e tal, para poder chegar no bairro da Cachoeirinha, e aí ele, no plano urbanístico, achou melhor passar o trato aqui e tornar uma pista, praticamente dividiu a comunidade e virou o barranco, por isso que a gente chamava de barranco, porque era tudo, aqui era um barranco só, do outro lado era outro barranco, e assim ficou, mas era uma coisa só, todo mundo se reunia no barracão de São Benedito, no barracão da festa, era um curral que era o curral, que era todo cercado bem no meio da comunidade, e aí de lá para cá, da década de 70, deixou de existir.”

Então, por mais que o acesso a serviços tenha sido facilitado, ele foi criado à custa de áreas importantes para o Quilombo, áreas verdes e igarapés foram reduzidos ao que hoje são terrenos baldios (Pamponet, Pontes e da Fonseca, 2023). A comunidade teve um distanciamento no contato com as áreas verdes, afetando diretamente o festejo mais importante para a comunidade que requer a retirada de um tronco que é erguido em frente à estátua de São Benedito, sendo esse esforço voltado para os terreiros. Com as mudanças geradas pela urbanização, o valor dos imóveis começou a ser alvo de comerciantes em busca de um local para seus negócios fazendo com que membros da comunidade vendessem suas propriedades e migrassem para zonas novas e com menor custo, como comenta Jamily:

“É, a especulação imobiliária, né, que se tornou grande, com as lojas de auto peças e acessórios, e aí muita gente foi vendendo, principalmente quando surgiu o bairro da Cidade Nova, seria um bairro planejado e tal, e muita gente resolveu vender aqui para algum dono de loja, e foi morar na Cidade Nova, entendeu? E muita gente também que vendeu, depois se arrependeu, e aí pediu um canto, um pedaço de terra para algum familiar aqui, e vendeu lá e resolveu construir aqui de novo, entendeu?”

Esse processo fez com que muitos passassem a viver em um sistema de moradia no formato de vilas. De acordo com Pamponet, Pontes e da Fonseca (2023), o impacto que essas formas de habitação têm sobre a infraestrutura local é uma maior densidade habitacional do que moradias unifamiliares isoladas. Essas moradias tem como

característica construções geminadas que permitem abrigar maior número de moradores por metragem quadrada.

Além de territórios centenários e históricos da comunidade serem perdidos, tiveram de enfrentar a especulação imobiliária. Segundo Cassius:

“O bairro da Praça 14 hoje vive a questão da especulação imobiliária. O bairro cresceu muito, cresceu, tem mais de 10 mil habitantes, mas está sendo sufocado pela especulação imobiliária com as lojas de auto peças. Está se tomando os espaços históricos do nosso bairro, quer dizer, [...] a história dos pretos e dos negros está se acabando no nosso bairro. Você vê o bairro da Praça 14 como um bairro dos pretos e dos negros, a gastronomia, de você chegar lá e ainda ter um terreiro para você ir. [...] Nós tínhamos aqui a sede do Romerindo que era uma sede da comunidade que fazia os seus eventos com a comunidade. O Jaqueirão, que era também uma sede recreativa, ação social. A sede das mães, as meninas, não sei se elas lembram, onde tinha teatro, era o antigo Titio Barbosa. Tinha uma casa aí para apresentar um programa na banda, fazer teatro, essas coisas todas. Nós não temos espaço, nem na igreja. Difícil.”

A vegetação existente no local, assim como os terreiros onde as práticas ecológicas da comunidade ocorriam, já não estão mais presentes. Ainda assim, o quilombo preza por práticas ambientais como afirma Cassius: *“A luta é... A gente tá aqui numa parte urbana, mas a gente também tem que lutar pela preservação do meio ambiente também, cara. A nossa luta... Nós estamos sendo sufocados, como eu falei pra você, por causa da imobiliária, perdemos muitos locais históricos aqui na Praça 14. Temos praticamente somente o Quilombo. Um ou dois terreiros de religião de matriz africana. Tem uns terreiros ainda, três terreiros, mas são pouquíssimos”*. A falta de planejamento fez com que a vegetação abundante e igarapés que predominavam sobre as construções durante o século XX, fossem reduzidas ao que hoje são áreas residuais, lotes abandonados ou quintais de residências, e não comunidade com vegetação planejada ou terreiros arborizados (Pamponet, Pontes & Fonseca, 2023).

Um plano de urbanização que deixa marcas da falta de planejamento e desestruturação de uma comunidade como o Quilombo também faz com que o acesso às estruturas básicas de saúde torne-se mais complexa do que deveria para as pessoas que têm a necessidade de um acesso facilitado.

5.4. Luta, resistência e equidade de uma comunidade negra urbana periférica

Ao discutir infraestrutura básica e serviços públicos é importante destacar que estamos nos debruçando sobre a infraestrutura que oferece serviços fundamentais para o

desenvolvimento humano (Kashiwakura et al., 2021; Nicoletti, Sirenko & Verma, 2022; Tavares, 2024), como água potável, saneamento, energia, mobilidade, educação, segurança e comunicação. Além disso, serviços como abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e coleta de lixo, atenção básica, atendimento hospitalar e emergência, campanhas de vacinação e prevenção e distribuição de medicamentos, serviços de energia elétrica pública e residencial, mobilidade e transporte público, habitação popular e regularização fundiária, segurança pública e civil, e por fim assistência psicossocial, também compõem essa noção.

O Quilombo São Benedito constantemente encontra-se resistindo para que os membros da comunidade tenham seus direitos básicos garantidos. Cassius comenta: *“A gente fala em bairro da praça 14, a zona centro sul, o bairro conhecido assim como bairro de classe média alta. O bairro que tem aqui na praça 14, tem muitas famílias que estão em situação de vulnerabilidade. Nesse momento que estou falando não tem o que comer. Esse povo que quer conversar, muitas famílias que passam dificuldade”*. A vulnerabilidade social se refere a condições de fragilidade vividas por indivíduos ou grupos diante de situações que podem comprometer seu bem-estar, sua cidadania e seus direitos fundamentais, ou seja, não se limita a situações individuais, mas é produzida e reproduzida por fatores históricos, econômicos e políticos como desigualdade social, racismo, machismo, exclusão de minorias e concentração de renda.

Estes elementos estruturais que ampliam a vulnerabilidade de certos grupos, tendem a concentrar mais situações direcionadas aos moradores de territórios em regiões periféricas como quilombolas, comunidades ribeirinhas ou áreas com déficit de infraestrutura (Carmo & Guizardi, 2018; Guareschi et al., 2007; Rocha 2007).

Historicamente, o bairro Praça 14 recebeu um grande número de negros vindos do Maranhão, tornando-se uma região com necessidades específicas para uma população específica. Para Cassius: *“Nossa deficiência que nós temos aqui na área urbana. Mesmo nós falamos aqui, nós poderemos ter um excelente SPA voltado para a população negra aqui próximo, mas os grandes empresários vieram e tomaram conta. Como a gente falou, o povo negro, ele sofreu da questão da hipertensão, muito grave, diabetes, ardências fosformes. Nós temos que ter uma assistência maior e melhor pela questão da saúde da população negra”*. Importante enfatizar, por mais que o Quilombo esteja inserido em uma situação urbana mais desenvolvida e tenha acesso a educação e saúde, isso não deve invisibilizar o fato de que há ali um grupo tradicional com suas especificidades históricas, culturais e de saúde. As políticas públicas para Quilombos

inferiores ao que realmente deveriam. Keilah relata que *“Teve briga pra poder chegar a vacina aqui no quilombo urbano [...] tivemos que fazer um manifesto pró Ministério Público pra assim trazer 138 doses”*, sendo 138 o número aproximado de famílias, não de pessoas. Casos de políticas públicas e recursos pensados em cima de uma estatística errônea é uma realidade do Quilombo, como descreve Cassius:

“O IBGE só cadastrou as famílias aqui do Quilombo que estão aqui como eu e meus filhos. a família daqui quem estava no parâmetro do Quilombo, famílias nossas, centenas de dezenas que moram em outros bairros, São José, Cidade Nova, Zona Leste, muitas não puderam ser reconhecidas como Quilombo porque não estavam no parâmetro do Quilombo. Cara, eu sou Quilombo. Tu imagina o que é um percentual desse, que é através desse percentual que vão se formar as políticas voltadas para a população negra. O que o IBGE passar para os políticos, para o governo, que vão trabalhar em cima disso. Sabe que eles trabalham em cima de pesquisas, de números. Olha lá no Quilombo do Urbano só tem 80 famílias. Não! Nós somos mais de 200. Quer dizer, direitos que não vão vir para nós não vão vir para o pessoal que mora fora.”

Esse tipo de avaliação gera recursos desiguais para a comunidade, fazendo com que haja racionamento para os mais necessitados, o que muitas vezes não permite que todos os membros da comunidade usufruam de recursos que muitas vezes são necessários para a saúde coletiva, como o fato vivido por Keilah:

“Pra chegar a vacina aqui, não sei se Cassius comentou, tivemos que fazer um manifesto pro Ministério Público pra assim se atrasar 138 doses. Que nós tivemos que escolher a dedo quem teria prioridade pra receber a vacina. Depois nós fizemos uma campanha só pra criança, quilombolinha, porque era por idade, então os mais velhos foram vacinados. E a gente que tá dia a dia? Eu peguei covid, eu fiquei três meses sem sentir olfato e paladar”.

Os órgãos públicos não conseguem suprir as necessidades da comunidade, deixando parte dos integrantes em situação de vulnerabilidade, infraestrutura precária e negligência na transmissão de informação. Keilah, por exemplo, diz *“[...] eu já tive contato com o vírus, só que eu fui aquela paciente que não sentia o sintoma e não fiquei com falta de ar. Então eu te contaminei quantas pessoas eu não passei covid e veio a falecer? Pela falta de informação, porque a prioridade da vacina era pra quilombolas, mas quem era ribeirinho e rural. Teve briga pra poder chegar a vacina aqui no quilombo urbano. Nós perdemos pessoas por causa da covid”*. Pelo fato de o quilombo estar presente no meio urbano deveriam ter prioridade no acesso a informações, pois estão sujeitos aos problemas urbanos mais do que aqueles em territórios rurais. A desigualdade social se torna algoz, a maior barreira na disseminação de informação e da

ciência, fragiliza as comunidades e o entorno.

Ainda que a comunidade possua 133 anos de existência, seus moradores continuam enfrentando problemas como falta de infraestrutura técnica e de saneamento básico. Cassius relata suas conquistas e desafios:

“Hoje nós estamos à frente na resistência de que o poder público possa ter um olhar melhor para a nossa comunidade[...] Tivemos que fazer um cadastro para pagar a cota mínima da água. Da luz não consegui porque eles deixam bem específico. [...] A outra situação é a questão da luz e água [...] consegui trazer a água com tarifa social, da luz não consegui [...] “Se for instalar o nosso esgoto sanitário [...] você vai pagar um valor altíssimo. [...] Chega a ser um valor absurdo para a gente”

Os moradores se mobilizam para reivindicar seus direitos sociais, uma resistência para conquistar melhores condições e qualidade de vida, dignidade e respeito. Porém, uma grande barreira são as políticas governamentais que se mostram ineficazes, fato que gera falta de saneamento básico, principalmente no que diz respeito ao esgoto sanitário. *“As águas correntes que andam na rua já era para não existir”*. Então, por mais que tenham passado por um processo de urbanização, a estrutura básica para promover saúde e bem-estar não está sendo atendida (Pinheiro, 2022; Pamponet, Pontes & Fonseca, 2023). Essa luta não está limitada ao Quilombo, estendendo-se ao bairro Praça 14 de Janeiro. A educação, por exemplo, é mais uma preocupação para a comunidade que toma a frente no papel da educação quilombola. Keilah critica a educação quilombola expressando que:

“[...] nós sabemos que existe educação quilombola muito bonita no papel, mas que não é exercida nas comunidades quilombolas, mas que nós fazemos esse papel de equidade e adaptação da educação quilombola aqui com nossas crianças e as pessoas que vêm, porque a gente não trata de uma educação quilombola, a gente também trata da questão de você se reconhecer como preto e ter orgulho dos que vieram antes, porque se não fosse os que vieram antes eu não estaria aqui. Então a educação antirracista não existe no nosso Brasil. Letramento racial está muito longe. Porque hoje você vê que tem pessoas que não sentam do lado da servente, que não sentam do lado do vigilante, da tia da merenda, porque eles são seletivos. Então quando você faz letramento racial e tem uma educação quilombola em outra escola, tu vai ensinar que você tem que respeitar do zelador até a tia da merenda, independente da cor.”

Tais casos são resultado de problemas de invisibilidade institucional agravado pela falta de representatividade das comunidades negras na política. E assim como o Quilombo sofre com a falta de estrutura adequada, saneamento básico e acesso a

serviços sociais e de saúde, podemos considerar que o mesmo acontece em muitas áreas do bairro Praça 14 de Janeiro.

5.5. Apagamento histórico da negritude do Quilombo do Barranco São Benedito

A partir das falas dos entrevistados, foram identificadas as dificuldades e lutas enfrentadas por um quilombo urbano, visto como uma comunidade periférica em um bairro considerado nobre. Parte dessa dificuldade está no acesso a direitos sociais, como o recebimento de auxílios financeiros para manutenção da comunidade e a pouca representatividade quilombola nesse âmbito. De acordo com Cassius *“Nós não temos um deputado, um vereador que nos representam lá dentro da Câmara [...] como comunidade quilombola [...] você não ter nenhum apoio por ninguém, a não ser que você vá atrás.”* reflexo de um constante esforço unilateral para garantir os direitos da comunidade.

Os líderes expressam o desamparo da população negra ao não ter uma secretaria ou representantes em secretarias que possam lutar a favor de políticas públicas para os quilombolas, como afirma Cassius:

“[...] nós não temos o reconhecimento devido. Era pra nós termos uma secretaria voltada para a população negra, para os negros que sabem lutar pela cultura, pela história [...] poxa, nós não temos representantes nas secretarias. A Keilah faz parte do conselho para ser justa, mas é uma luta terrível. As políticas voltadas para a população negra no estado, elas são vencidas em votos, porque sempre nesses conselhos a maioria é por parte da prefeitura do governo”.

A luta pela titulação do território quilombola é lenta, o órgão responsável por essa titulação é o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o suporte das comunidades quilombolas parte principalmente da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) que auxilia essas comunidades em sua luta pela garantia de direitos, combatendo a remoção compulsória dos quilombos. Contudo, o próprio nome da CONAQ exclui as comunidades que estão em meio urbano e Keilah critica: *“Tu imagina quilombo urbano, que as prioridades são para quilombo rural. CONAQ, coordenação nacional de quilombos rurais. Cadê os urbanos que eu bato na tecla?”*. A esse respeito, Cassius alega que *“Os quilombos rurais lá do interior, que eu tive a felicidade de ir, os processos deles estão 10, 15, 20 anos no INCRA porque os quilombolas rurais, eles*

lutam pela certificação do seu território, onde nasceram os senhores desses há mais de 100 anos, cara. Estão lá lutando para a certificação do seu território, eles não conseguem". Nota-se que a maior visibilidade está para os Quilombos Rurais, enquanto os em meio urbano se veem mais desamparados na luta, pois nas palavras de Keilah Fonseca *"Queremos direitos de igualdade, de liberdade, de educação, de saúde, de saneamento básico, de infraestrutura [...] às vezes você tem que ser um miserável para se encaixar naquele programa"*.

A luta, por mais que seja diferente, ela possui a mesma essência que é estar onde seus descendentes estiveram, crescer e perpetuar sua cultura onde você também foi ensinado, como Cassius expressa:

"Porque é uma diferenciação entre Quilombo Urbano e Quilombo Rural os Quilombos Rurais lutam pela certificação do seu território. Eles querem ficar onde nasceram os descendentes deles e nós viemos para a parte urbana e também queremos direitos de igualdade, de liberdade, de educação, de saúde, de saneamento básico, de infraestrutura. Ficarmos onde cresceram os nossos descendentes passados"

O empenho pela visibilidade e o reconhecimento de seu território e identidade é resultado de um conjunto de fatores cujo combustível são os movimentos sociais, a militância negra organizada e com objetivos claros, em prol do debate racial e do protagonismo negro para diferentes espaços de discussão, especialmente a política, assim transformando os quilombos em locais de resistência (Caetano, da Silva Alves e da Silva, 2018). Os símbolos e movimentos culturais e religiosos, a infraestrutura e o acesso aos sistemas básicos do bem-estar coletivo são permeados por uma necessidade sociopolítica. Os moradores percebem que a identidade de seu espaço está sendo tomada por comércios, tendo visibilidade em festejos, mas voltando a ser uma rua de passagem logo após, pois segundo Cassius *"Hoje a Praça 14 é vista como bairro de autopeças. Não é lembrada mais como bairro dos pretos, dos negros"*.

Esses fatores evidenciam uma necessidade de pensar políticas públicas voltadas para grupos tradicionais com territórios localizados em meio urbano, pois a forma como a comunidade se relaciona com seu ambiente coletivo em meio urbano é construída de maneira distinta daquela que se dá em meio rural. Cassius afirma que *"Tudo é mais difícil para quilombola urbano"* e Keilah complementa *"Normalmente essas políticas são voltadas para os quilombos mais rurais. [...] A gente tem poucas políticas voltadas para os quilombos urbanos"*. Um agravante da situação é quando a intervenção urbana

rompe os limites do que é o Quilombo, afetando sua identificação como expressa Keilah: *“A comunidade é periférica dentro de um bairro nobre [...] mas discriminada por muitos.”* e Cassius *“O cara me perguntou assim, poxa Cassius, a favela aqui do quilombo. Aqui não é. É totalmente diferente, as pessoas têm uma visão diferente. A gente tem que lutar muito contra o preconceito, contra o racismo, contra a discriminação”*. Esses fenômenos colaboram para uma visão distorcida da comunidade, e fomentam abordagens falhas dos órgãos públicos e atos de injúria racial.

Como dito anteriormente, por conta do avanço urbano, que impulsionou a especulação imobiliária, várias residências e áreas do Quilombo foram se perdendo para abertura de novos comércios. Assim, institutos públicos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acabam por fazer levantamentos que não condizem com a realidade da comunidade. A esse respeito Keilah comenta *“Se tu não é daqui, o IBGE não te cadastrou. [...] Então, são critérios que a gente vai ter que sentar aqui. A gente vai conversar com 10 advogados, vamos usar aqui um teste, quando a gente faz aquela declaração de autodefinição, de uma pessoa que quer uma alegação para entrar na universidade, para participar de concurso, para entrar nas ruas, são critérios que a gente vai ter que usar”*. Ao fazer tais levantamentos quaisquer recursos direcionados ao Quilombo não vão estar condizentes com os reais números dos membros da comunidade, levando-os a racionar esses recursos para as famílias mais necessitadas. O caso relatado por Keilah ao não ter o número suficiente de vacinas durante a pandemia da COVID-19 levando ao falecimento de entes queridos é emblemático: *“Minha prima pegou covid, ficou internada mais de 30 dias e só saiu no caixão”*.

Nessas abordagens também ocorre de, ao se tratar de uma comunidade tradicional quilombola em um espaço concebido como periférico, o nível de escolaridade dos membros da comunidade, por exemplo, é ignorado a ponto de não ser considerado nos questionamentos realizados pelo IBGE como relatado por Cassius *“[...] foi o questionamento que nós fizemos, eu e a Keilah, um dos dados que a gente faz aqui pesquisa questão da escolaridade. Eles só perguntaram se a gente era alfabeto ou não, se a gente estudava, cara. Nós temos um alto nível de formação. A gente chega, eu pergunto, qual o padrão de escolaridade? Lá só tinha saber ler, estudar, sabe, um negócio esquisito, estranho.”* sendo que no quilombo há pessoas com ensino superior como relata Keilah *“Nós temos psicólogos, advogados na comunidade, professores que não exercem seus cargos [...] sobrevivem da gastronomia.”* que não conseguem ou

abrem mão da inserção no mercado de trabalho para se dedicar ao quilombo.

Por fim, o conjunto de fatores citados integram uma problemática muito maior presente na fala dos entrevistados, pois segundo Keilah *“nós sofremos discriminação todos os dias, é no supermercado, é na fila do banco, é para ser atendido, se você chega no restaurante ele vai atender primeiro o branco, por mais que você tenha chegado primeiro”*. O quilombo por muito tempo foi conhecido por termos pejorativos que remetiam à cor de pele dos membros da comunidade, como relata Kelly *“O morro do Macaco, que chamava ontem. Lá no morro da Catita. Lá no morro do querosene, porque nós fomos apelidados por isso. A neguinha lá do barranco, a neguinha, mas todo mundo queria pegar a neguinha”*.

Não somente os nomes pejorativos utilizados, mas também ataques transfóbicos como o vivido por Javi em seu comentário *“a questão é bem religiosa, ter vizinhos evangélicos [...] o que me pegou bastante foi um domingo ter tipo de ritual de dizer “sai da rua demônio” esse tipo de coisa que não deveria estar acontecendo e que são pessoas que moram, que nasceram aqui perto da comunidade, não deveria estar fazendo esse tipo de coisa [...] me afetaram bastante no meu psicológico”*. Javi relata ter sofrido com discursos de ódio, tendo encontrando apoio nos membros da comunidade, principalmente em Keilah e Kelly.

Os relatos compõem uma parte ainda visível de um problema que permeia o *modus operandi* da sociedade brasileira, ou seja, a vida cultural, os afetos, a política, aspectos que são inevitavelmente atravessados pelo racismo que não depende de uma ação consciente para existir, mas de uma estrutura que a exerça por meio da comunicação, da indústria cultural e do sistema de educação. Dessa forma, os fatores que acometem a comunidade tendem a estar envolvidos por uma construção histórica que desfavorece as PCTs. Ao vivenciar um Quilombo a partir de uma relação intrínseca com os fenômenos urbanos, a invisibilização e a desconstrução de seu território ganham proximidade (Almeida, 2019).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os resultados apresentados, foi possível analisar as vivências de membros da comunidade Quilombo do Barranco São Benedito em relação ao fenômeno da injustiça ambiental, assim como sistematizar as estratégias que a comunidade tem desenvolvido para resistir e lutar contra essas injustiças em seu território. Os objetivos

da pesquisa foram alcançados com êxito, tendo sido facilitado pelo acolhimento da comunidade ao relatar suas vivências. No percurso, as limitações encontradas foram a desmobilização dos membros jovens da comunidade na participação em eventos para tecer aproximações. Assim, a abertura para as conversas ocorreu de maneira mais efetiva com os líderes e dois membros mais antigos da comunidade.

Os resultados obtidos ao longo da pesquisa evidenciam que a comunidade enfrenta um conjunto de vulnerabilidades que não se limitam à esfera material, mas que também podem ser observadas nas necessidades de infraestrutura básica, no acesso a recursos de saúde, na promoção de educação quilombola, na perda de espaços coletivos, na ausência de políticas públicas específicas e no precário suporte governamental, fatores que revelam o caráter estrutural das injustiças ambientais.

Para lidar com as perdas e violências sofridas, o Quilombo formulou e fortalece diariamente formas de resistência como permanecer no mesmo lugar que seus antepassados durante 230 anos, realizar seus festejos ano após ano, a distribuição da feijoada e o evento em prol ao dia da consciência Negra. Tais movimentos reforçam e incentivam a sua identidade e a cultura da comunidade, o empenho dos líderes e seus profissionais em estar a frente de movimentos em prol do bem-estar de toda a comunidade e na garantia de seus direitos. Também é importante destacar como enfrentam as injustiças de cabeça erguida, batendo no peito com a certeza de tudo aquilo que conquistaram ao longo dos anos. Os profissionais formados refletindo o valor que a comunidade dá à educação e à especialização de seus membros, a gastronomia, os festejos, os movimentos sociais, o cuidado com seus griôs, carinhosamente reconhecidos como a fonte de conhecimento histórico-cultural de maior valor da comunidade, ou seja, seu museu vivo, e com a memória de seus antepassados registrados em documentos, fotos, objetos e no local em que há anos estão vivendo, molda suas vivências e pertencas.

Logo, é urgente que sejam reconhecidos como territórios de vida, cultura e resistência que carecem de políticas públicas efetivas, um olhar que valorize as especificidades das comunidades em contexto urbano e a devida reparação histórica, garantido direitos fundamentais e equidade para preservação da sua cultura e história. Portanto, a pesquisa pode vir a ser instrumento para a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas aos quilombos urbanos, desdobrando-se na análise de comunidades que estão à margem da urbanização, assim como em estudos voltados para a construção de instrumentos que venham auxiliar comunidades que estão passando pela

modernização de seu território, ou estão prestes a passar, para que nesse processo dialogado possam fortalecer sua cultura, identidade e história. Mais do que registrar experiências, reafirma-se aqui a urgência de escutar e valorizar as vozes quilombolas como protagonistas na construção de um futuro socioambientalmente justo.

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. L. de. (2019). *Racismo estrutural*. Sueli Carneiro; Editora Pólen, 1(1), 13-38
- Alves, Z. M. M. B., & Silva, M. H. G. (1992). Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *Paidéia*, 61-69.
- Ambrósio, N. (2023) Primeiro território quilombola urbano da Amazônia resiste às pressões. *Amazônia Real*.
<https://amazoniareal.com.br/quilombo-barranco-sao-benedito/>
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70. 1(4), 29-48.
- Brasil. (2003). *Decreto Nº 4.887: Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. Presidência da República. Casa Civil.
- Brasil. (2007). *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Diário Oficial da União.
- Brasil. (2012). *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*.
<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Brasil. (2023). *Decreto Nº 11.688: Regulamenta a Lei nº 11.952*. Presidência da República Casa Civil.
- Brasil. (2024). *Lei nº 14.874 de 28 de maio de 2024: Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos*.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114874.htm
- Brito, D. (2018). Menos de 7% das áreas quilombolas no Brasil foram tituladas. *Agência do Brasil*.
- Brulle, R. J., & Pellow, D. N. (2006). Environmental justice: Human health and environmental inequalities. *Annual Review of Public Health*, 27(1), 103–124.
<https://doi.org/10.1146/annurev.publhealth.27.021405.102124>

- Bullard, R. D. (1993). *Confronting environmental racism: Voices from the grassroots*. South End Press, 1(1), 16-24.
- Bullard, R. D. (2018). *Dumping in Dixie: Race, class and environmental quality*. Routledge. 1(3), 1-112
- Bullard, R. D., & Johnson, G. S. (2000). Environmentalism and public policy: Environmental justice: Grassroots activism and its impact on public policy decision making. *Journal of Social Issues*, 56(3), 555–578. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/0022-4537.00184>
- Caetano, R. F., da Silva Alves, E., & da Silva, R. N. P. (2018). Territorialidades e comunidades tradicionais: entre a identidade e a transformação. *Revista Presença Geográfica*, 5(2), 122-127.
- Calegare, M. G. A. et al. (2014). Povos e comunidades tradicionais: Das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. *Ambiente & Sociedade*, 17(3), 115–134. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300008>
- Calegare, M. G. A. (2015). Rural-urbano, estudos rurais e ruralidades: Saberes necessários à Psicologia Social. In A. F. Lima, D. C. Antunes, & M. G. A. Calegare (Eds.), *A Psicologia Social e os atuais desafios ético-políticos no Brasil*, 437-457.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). *IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais*. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513–518. <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
- Castells, M. (1999). O poder da identidade II. *Sindicato Nacional do Editores de Livros*, 2(1), 20-37.
- Carmo, M. E. D., & Guizardi, F. L. (2018). O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(3).
- Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antônio Ivo de Carvalho (2023). *Racismo ambiental: As consequências da desigualdade socioambiental para as comunidades marginalizadas*. Fiocruz.
- Costa, C. V. A., Batista, M. S. & Dias, G. V. (2021) Relações desiguais capitalistas e injustiça ambiental: breve análise do racismo ambiental no Brasil. *VIII Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão (CONEPE)*.
- Cruz, V. D. C. (2007). Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. *Itinerários Geográficos*, EdUFF, 13-35.
- da Silva, L. F., Penha, R., & Bizarrias, F. S. (2022). Entrevistas aplicadas em pesquisas qualitativas: da aplicação da entrevista à análise dos dados. *Revista de Gestão e Projetos*, 13(3), 1-9.

- Figueira, A. L. (2021). Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: Considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. *Ateliê Geográfico*, 15(2), 123–147.
- Furtado, M. B., Pedroza, R. L. S. & Alves, C. B. (2014). Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. *Psicol. Soc.* 26(1), 107-114.
- Guareschi, N. M. et al. (2007). Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1), 20-30.
- Guazi, T. S. (2021) Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. *Revista Educação, Pesquisa e Inclusão*, 2(1), 1-20. <https://revista.ufr.br/rep/article/view/e202114/pdf>
- Guimarães, R. L. (2021). A expansão urbana na Amazônia fenômeno da gentrificação e o racismo ambiental. *VI Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra*, 6(1), 234–249.
- Hall, S. (2001), *A identidade cultural pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. DP&A, 1(5), 14-22.
- Harvey, D. (2008). Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. *Edições Loyola*, 17(1), 307-309. <https://archive.org/details/DavidHarveyCondicaoPosModerna/page/n294/mode/1up>
- Herculano, S. (2006). Lá como cá: Conflito, injustiça e racismo ambiental. *I Seminário Cearense Contra o Racismo Ambiental*.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Base de informações geográficas e estatísticas sobre os indígenas e quilombolas para enfrentamento à Covid-19: Vol. Esp.* [Relatório Técnico].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023). *Proposta metodológica para classificação dos espaços do rural, do urbano e da natureza no Brasil*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102019>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024). Censo Demográfico 2022 Localidades quilombolas. IBGE, 1(1), 49-81. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102101.pdf#page=84.10
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2017). Regularização do território quilombola. *INCRA*, 2(1).
- Jackmiu, C. C. L. (2022). Environmental injustice and ecological struggles in the Brazilian interior. *CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária*, 17(46), 152–179.

- Jörg, S. (2021). Clínica da identidade: da cosmovisão pataxó à luta por emancipação. *Psicologia USP*, 32(1), 1-9. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e190150>.
- Jornal do comercio (2020). *Praça 14 de Janeiro*. Disponível em: <https://www.jcam.com.br/noticias>. Acesso em 16 de agosto de 2021.
- Kishiwakura, H. K. et al. (2021). Retrato da atenção básica no Brasil: gastos e infraestrutura em municípios brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26, 3397-3408.
- Krueger, R. A., & Casey, M. A. (2015). *Focus groups: A practical guide for applied research* (5º ed). SAGE Publications.
- Lafuente, V. D., et al (2024). Gentrificação no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 17-57.
- Lessa, D. (2012). Injustiça ambiental afeta saúde coletiva. *Fiocruz*.
- Lima, P. G. (2018). Pesquisa qualitativa: Bases históricas e epistemológicas. *Ensaio Pedagógico*, 2(1), 5-17.
- Lira, L. M. B. (2018). Construção identitária da comunidade do barranco: festa de São Benedito. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, 150 - 270.
- Maricato, E. (2015). Para entender a crise urbana. *Expressão Popular*, 1(1), 57-66. https://territoriosinsurgentes.com/wp-content/uploads/2021/03/MARICATO_Para-entender-a-crise-urbana-Cap-1.pdf
- Marco, C. M. et al. (2020). Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta decolonizadora. *Rev. Bras. Gest. Urbana* 12. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190253>
- Mcgrath, C.; Palmgren, P. J.; Liljedahl, M. Twelve tips for conducting qualitative research interviews. *Medical Teacher*, 41, 9, 1002-1006, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/0142159X.2018.1497149>
- Mendes, R. M., & Miskulin, R. G. S. (2017). A análise de conteúdo como uma metodologia. *Cadernos de Pesquisa*, 47(165), 1044-1066. <https://doi.org/10.1590/198053143988>
- Mesquita, (2021). “Eu vivo no Funil, aqui é o meu lugar”: identidade territorial nos assentamentos de Mambai e Posse, Vão do Paraná (GO). In: Rigonato, V. D. et al. (org). *Territorios, identidades e alteridades* Trilogia Geográficas Socioculturais: Barlavento. 1(1), 147-178.
- Nascimento, L. D. S. (2022). *Os idosos e os espaços de memória: um estudo sobre a Praça 14 de Janeiro na cidade de Manaus* [dissertação]. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, Instituto de filosofia, ciências humanas e sociais; 84-105.

- Nicoletti, L, Sirenko, M. & Verma, T. (2022). Disadvantaged Communities Have Lower Access to Urban Infrastructure. *Environment and Planning B: Urban Analytics and City Science*, 50(3), 831-849.
- Oliveira, A. U. (1978) A lógica da especulação imobiliária. *Boletim Paulista de Geografia*, 75-90.
<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1054/941>
- Oliveira, E.J.A. (2020). Racismo Ambiental e a reivindicação territorial da comunidade quilombola Lagoas - PI (2008 - 2014). *Política, História e Sociologia*, 19(2), 325-341.
- Oliveira, P. T., & Matta, B. A. R. (2022). Territórios quilombolas no estado do Amazonas e os entraves para o reconhecimento da comunidade de São Francisco do Bauana. *18*, ISSN 2525–4529.
- Pacheco, T. (2006). Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: Uma luta que transcende a cor. *I Seminário Cearense Contra o Racismo Ambiental*.
- Pamponet, P. M. M., Pontes, T. F., & da Fonseca, R. P. P. (2023). A evolução urbana do Bairro Praça 14 de Janeiro e a sua relação com o Quilombo do Barranco. *ContraCorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas*, [S.l.], 21(1), 24-47, ISSN 2525-4529.
<https://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/3595>
- Paulo, P. P. (2019). *Orçamento para regularização de terras quilombolas diminui 90% em 10 anos.* G1.
<https://g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/11/20/orcamento-para-regularizacao-de-terras-quilombolas-diminui-90percent-em-10-anos.ghtml>
- Pessos, M. (2016). *Conheça a história do bairro Praça 14 de Janeiro em Manaus*. Disponível em: <https://marcuspeessoa.com.br/conheca>.
- Rangel, T. L. V. (2016). Racismo Ambiental às comunidades quilombolas. *Baurp*, 4(2), 129-141.
- Ribeiro, E. V. (2020). Fundamentos filosóficos da justiça socioambiental. In Murad, A.; Reis, E. V. B. & Rocha, M. A. (Coords). *Direitos Humanos: e justiça ambiental*. Paulinas, 1(1), 11-19.
- Rocha, S. R. D. (2007). Possibilidades e limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil: a experiência do Programa Agente Jovem em Porto Alegre.
- Rosa, V. A. D. (2018). A Comunidade do Barranco de São Benedito em Manaus: Processos para o reconhecimento do território quilombola [dissertação]. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas; 104-115.
- Rosa, V. A. & Silva, R. F. (2023). São Benedito versus Nossa Senhora de Fátima: conflitos religiosos no bairro Praça 14 de Janeiro em Manaus - AM. In Silva,

- A. R. P., Tenório, A. M. & Júnior, J. B. L. (Coords.). *Festas, religiosidades e africanidades no Amazonas: saberes em diálogo*. Editora Dialética, 59-88.
- Senra, R. et al. (2011). Racismo Ambiental na comunidade quilombola de Mata CAVALO. *ACERVO [s.i.]*, 22(2), 91-104.
- Silva, L. F. da, Penha, R., & Bizarrias, F. S. (2022). Entrevistas aplicadas em pesquisas qualitativas: da aplicação da entrevista à análise dos dados. *Revista De Gestão E Projetos*, 13 (3), 1–9. <https://doi.org/10.5585/gep.v13i3.23326>
- Silva, F. R. D., & Felipe, D. A. (2024). Saúde da família do campo e atuação do psicólogo em comunidades quilombolas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 44(1), p. 1-13. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003260811>
- Silva, L. H. P. (2012). Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro. *e-cadernos CES*, 17, 85-111.
- Souza, Y. S. O. (2021). O uso do software Iramuteq: Fundamentos de lexicometria para pesquisas qualitativas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 21(spe), 1541–1560. <https://doi.org/10.12957/epp.2021.61060>
- Tavares, J. C. (2024). Trajetórias da infraestrutura no Brasil. Concepções, operacionalizações e marcos conceituais em perspectiva. *Cadernos Metrópole*, 26(60), 443-464.

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa **“Injustiças Ambientais: vivências e resistências do Quilombo do Barranco São Benedito”**, cujo pesquisador responsável é o mestrando Caio César Corrêa de Lima sob orientação da Profa. Dra. Dayse da Silva Albuquerque, docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (PPGPSI-UFAM).

O objetivo deste projeto é compreender vivências de racismo ambiental da comunidade Quilombo do Barranco São Benedito e as estratégias de enfrentamento de seus moradores, por meio da descrição das percepções de racismo ambiental e da identificação dos principais aspectos e fatores práticos e políticos causadores do racismo e das estratégias que têm sido utilizadas para o enfrentamento ao racismo ambiental.

O(A) Sr(a) está sendo convidado(a) por que se identifica como pessoa negra, membro da comunidade Quilombo do Barranco São Benedito e tem idade a partir de 18 anos, para a pesquisa que será realizada no Quilombo do Barranco São Benedito, situado na Av. Japurá, 1362 - Praça 14 de Janeiro, Manaus - AM, 69025-020.

É importante lembrar que o(a) Sr(a) tem plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa e sem qualquer tipo de penalização.

Caso aceite participar, será realizado um grupo focal, técnica qualitativa de coleta de dados utilizada nas ciências sociais e humanas, com duração média de trinta minutos (30min) a uma hora (1h). Essa técnica consiste na realização de discussões em grupo composto por um pequeno número de participantes, variando entre 5 a 15 pessoas, que compartilham características comuns ou possuem experiência relevante para o tema em discussão. O grupo será mediado por um facilitador, o mestrando Caio César Corrêa de Lima e, através da interação entre os participantes, poderemos explorar percepções, opiniões, crenças e atitudes a fim de aprofundar assuntos em pauta através do diálogo e da troca de ideias. As discussões devem ocorrer no Pagode do Quilombo, ou em outro local ainda dentro do Quilombo, caso o primeiro local não seja possível. Os grupos

serão coordenados pelo mestrando e será realizado um registro áudio e escrito, que estará sob a responsabilidade de outros dois membros da equipe.

Após a realização dos grupos, em momento agendado, serão conduzidas entrevistas individuais semiestruturadas com pessoas reconhecidas como líderes e representantes da comunidade. Os líderes serão indicados pela própria comunidade e as entrevistas terão duração mínima de dez minutos (10min) e máxima de trinta minutos (30min), também será realizado um registro áudio e registro escrito.

No que se refere a possíveis riscos, entendemos que toda pesquisa envolve algum nível, contudo, esta pesquisa apresenta riscos mínimos, pois os conteúdos discutidos podem ser considerados sensíveis e impactar os participantes. Nesse caso, aos participantes que se sentirem mobilizados pela discussão, será oferecido atendimento psicológico a ser conduzido pelo próprio pesquisador-mestrando, que possui formação em psicologia e experiência em atendimentos de emergência. Caso seja observado que não há possibilidade de continuar com o grupo focal ou a entrevista, os mesmos serão interrompidos e programados para acontecer em outro momento.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa, pois ela prevê auxílio na formulação de políticas públicas antirracistas e a proposição de estratégias de enfrentamento ao racismo ambiental e resgate de pessoas que não tenham contato com a comunidade. Para a área científica, haverá o aprofundamento de questões relacionadas à realidade de comunidades quilombolas do Norte do Brasil e as questões acerca do racismo ambiental no norte do país. Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. Garantimos ao(à) Sr(a) e ao(à) seu(ua) acompanhante, quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Portanto, caso necessário, o ressarcimento ocorrerá via PIX.

Também estão assegurados ao(à) Sr(a) o direito de pedir indenizações e a cobertura material para reparação do dano causado pela pesquisa. Asseguramos ao(à) Sr(a) o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios decorrentes da participação no estudo ao participante, pelo tempo que for necessário.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá questionar diretamente o pesquisador responsável mestrando Caio César Corrêa de Lima, bem como a Profa. Dra. Dayse da Silva Albuquerque, também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) está elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)., ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Declaro que concordo em participar da pesquisa.

Manaus-AM, ____ / ____ / ____

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador Responsável

ANEXO II



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "**Enfrentamento e resistência do Quilombo do Barranco São Benedito ao Racismo ambiental**" que tem como objetivo compreender vivências de racismo ambiental da comunidade Quilombo do Barranco São Benedito e as estratégias de enfrentamento. A presente pesquisa faz parte da dissertação de mestrado do pesquisador Caio César Corrêa de Lima sob orientação da Profa. Dra. Dayse da Silva Albuquerque, assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, no período de Janeiro de 2025 até Agosto de 2025, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Manaus-AM, 20 de Julho de 2024.



Jamily Souza da Silva
Líder da Comunidade

ANEXO III

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA COM OS LÍDERES COMUNITÁRIOS

Olá, meu nome é Caio Lima e sou o responsável pela pesquisa de título “**Injustiças ambientais: vivências e resistências do Quilombo do Barranco São Benedito**” e tenho alguns questionamentos a serem feitos. Caso me permitam, essa conversa será gravada no aparelho celular e também tomarei nota de suas falas.

1. Quais as mudanças estruturais que puderam ser observadas no Quilombo ao longo do tempo?
2. Foram observados atos de injustiça ambiental no território do Quilombo?
3. Poderia nos contar se você já vivenciou ou presenciou atitudes ou falas racistas direcionadas à você ou ao Quilombo?
4. Quais formas de resistência o Quilombo desenvolveu para lidar com as injustiças ambientais e o racismo?
5. Quando foi que você percebeu Quilombola?

ANEXO IV

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIA DO QUILOMBO DO BARRANCO SÃO BENEDITO AO RACISMO AMBIENTAL

Pesquisador: CAIO CESAR CORREA DE LIMA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 83007924.5.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.224.259

Apresentação do Projeto:

Segundo o(a) pesquisador(a) responsável no documento PB_INFORMAC_02ES_BA_SICAS_DO_PROJETO_2401085.pdf, 09/10/2024 11:17:23 As vivências dos povos e comunidades tradicionais (PCTs) expressam anos de adaptação e resistência para o reconhecimento de sua identidade e de sua terra, essas muitas vezes abaladas pelas injustiças ambientais, resultado da urbanização e negligência com as comunidades que foram expulsas do seu local de origem por conta de empreendimentos econômicos e hidrelétricos e tiveram que ocupar espaços no meio urbano, tendo que manter suas tradições vivas e lutar pela sobrevivência em meio à poluição, falta de estrutura e preconceitos. Essa pesquisa visa compreender essas vivências da comunidade Quilombo do Barranco São Benedito e as estratégias de enfrentamento às injustiças ambientais na cidade de Manaus-AM, investigando as possíveis práticas na realidade da zona urbana que engloba a comunidade e como percebem a urbanização através da abordagem qualitativa, exploratória, com procedimentos de índole bibliográfica e de campo. A coleta de dados será realizada a partir de dois grupos focais com a comunidade e entrevistas semiestruturadas com os líderes da comunidade. A análise de dados será feita através da Análise de conteúdo de Bardin sendo auxiliado pelo software IRAMUTEQ. Tal pesquisa se propõe ao aprofundamento de questões relacionadas à realidade de comunidades quilombolas do Norte do Brasil e as percepções acerca do racismo ambiental no norte do país e visa auxiliar a longo prazo na formulação de políticas públicas

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-4000

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep@ufam.edu.br

Continuação do Parecer: 7.224.259

antirracistas, incentivar a pesquisa e pensar em estratégias de enfrentamento ao racismo ambiental.

Tamanho da Amostra: 30 participantes

Critério de Inclusão: Os participantes devem se identificar como pessoas negras, membros da comunidade quilombola abordada, ter a partir de 18 anos e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Critério de Exclusão: Não serão abordadas pessoas que não se identifiquem como pessoas negras, membros da comunidade quilombola abordada, ou ter a partir de 18 anos e não assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O Cronograma de Execução está detalhado em PB_INFORMACÃO ES_BA_SICAS_DO_PROJETO_2401085.pdf, 09/10/2024 11:17:23 indica local e prevê as etapas de Coleta dos dados de 05/02/2025 a 31/03/2025.

Orçamento Financeiro prevê um custo de R\$ 16.260,00. Foi indicado Financiamento Institucional Secundário.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender vivências de racismo ambiental da comunidade Quilombo do Barranco São Benedito e as estratégias de enfrentamento.

Objetivo Secundário:

1. Descrever as percepções de racismo ambiental dos moradores da comunidade do Quilombo São Benedito;
2. Identificar os principais aspectos e fatores práticos e políticos causadores do racismo;
3. Evidenciar quais estratégias têm sido utilizadas para enfrentamento ao racismo ambiental;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo o pesquisador responsável no documento

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

Continuação do Parecer: 7.224.259

PB_INFORMAC;O;ES_BA;SICAS_DO_PROJETO_2401085.pdf, 09/10/2024 11:17:23

Riscos: Assuntos sensíveis que podem impactar os participantes, onde serão abordados recebendo atendimento psicológico do próprio pesquisador que possui formação em psicologia e experiência em atendimentos de emergência. Caso seja observado que não há possibilidade de continuar com o grupo focal ou a entrevista, os mesmos serão interrompidos e programados para acontecer em outro momento.

Benefícios: A pesquisa prevê auxílio na formulação de políticas públicas antirracistas e pensar em estratégias de enfrentamento ao racismo ambiental e resgate de pessoas que não tenham contato com a comunidade. Para a área científica aprofundamento de questões relacionadas à realidade de comunidades Quilombolas do Norte do Brasil e as questões acerca do racismo ambiental no norte do país.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de protocolo da versão 2 do projeto ENFRENTAMENTO E RESISTÊNCIA DO QUILOMBO DO BARRANCO SÃO BENEDITO AO RACISMO AMBIENTAL encaminhado pelo Pesquisador CAIO CESAR CORREA DE LIMA. Constitui ainda a equipe Iolete Ribeiro da Silva e Dayse da Silva Albuquerque. Trata-se de uma pesquisa de mestrado e faz parte do projeto PRO-AFRO: programa de promoção de políticas afirmativas para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais. O protocolo trata de projeto que deve atender as Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

FOLHA DE ROSTO: ADEQUADA. Apresentado no arquivo ;FolhaDeRosto_Caio.pdf, 27/08/2024 12:20:48;.

TERMOS DE ANUÊNCIA: ADEQUADO. Apresentado no arquivo ;Termo_de_Anuencia.pdf, 14/08/2024 16:37:27;.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ADEQUADO. Apresentado em anexo nos arquivos ;Grupos_Focais.pdf, 14/08/2024 16:38:54; e ;Entrevista_comunidade.pdf, 14/08/2024 16:39:30;.

TCLE: ADEQUADO. O pesquisador apresentou o TCLE no arquivo ;TCLE.pdf, 09/10/2024 11:12:41;.

ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 7.224.259

Recomendações:

Após analisadas a resposta às pendências enviadas no parecer da primeira versão do projeto, e indexadas nos documentos PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2401085.pdf, 09/10/2024 11:17:23 e TCLE.pdf 09/10/2024 11:12:41; foi constatado que todas as modificações foram realizadas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após analisadas a resposta às pendências enviadas no parecer da primeira versão do projeto, e indexadas nos documentos PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2401085.pdf, 09/10/2024 11:17:23 e TCLE.pdf 09/10/2024 11:12:41; foi constatado que todas as modificações foram realizadas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este CEP analisa os aspectos éticos da pesquisa com base nas Resoluções 466/2012-CNS, 510/2016-CNS e outras complementares. A aprovação do protocolo neste Comitê NÃO SOBREPÕE eventuais restrições ao início da pesquisa estabelecidas pelas autoridades competentes, devido à pandemia de COVID-19. O pesquisador(a) deve analisar a pertinência do início, segundo regras de sua instituição ou instituições/autoridades sanitárias locais, municipais, estaduais ou federais.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2401085.pdf	09/10/2024 11:17:23		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	09/10/2024 11:12:41	CAIO CESAR CORREA DE LIMA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_Caio.pdf	27/08/2024 12:20:48	CAIO CESAR CORREA DE LIMA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	22/08/2024 15:53:25	CAIO CESAR CORREA DE LIMA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	22/08/2024 15:53:13	CAIO CESAR CORREA DE LIMA	Aceito
Outros	Entrevista_comunidade.pdf	14/08/2024 16:39:30	CAIO CESAR CORREA DE LIMA	Aceito
Outros	Grupos_Focais.pdf	14/08/2024 16:38:54	CAIO CESAR CORREA DE LIMA	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-4000

E-mail: cep@ufam.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 7.224.259

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.pdf	14/08/2024 16:37:43	CAIO CESAR CORREA DE LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Anuencia.pdf	14/08/2024 16:37:27	CAIO CESAR CORREA DE LIMA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 13 de Novembro de 2024

Assinado por:

Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Telefone: (92)3305-4000

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

E-mail: cep@ufam.edu.br